PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 188ª reunião, realizada em 10 de fevereiro de 2021

Em 10 de fevereiro de 2021, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente Marília Carvalho de Melo, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Bernardo Silviano Brandão Vianna, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Maria Angélica de Andrade Vasconcelos, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Beatriz de Oliveira Góes, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Eva Irena Kurek, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Jadir de Assis, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Juliano Alves Pinto, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Gracielle Rodrigues Santos, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Alírio Ferreira Mendes Junior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Carlos Eduardo Ferreira Pinto, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Hilcélia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Enio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Flávio Roscoe Nogueira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Leandro Soares Moreira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Rogério Pena Siqueira, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Espeleogrupo Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Adriana Alves Pereira Wilken, do

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Lavínia Rosa Rodrigues, da Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto Hilário de Souza, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg); Walkiria Lima Ribeiro Machado, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Talita Fernanda das Graças Silva, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). **Assuntos em pauta**. **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA**. A presidente Marília Carvalho de Melo declarou aberta a 188ª reunião do Plenário do COPAM: "É a primeira reunião de 2021, e eu gostaria de desejar um excelente ano a todos os conselheiros aqui presentes, que de fato o nosso Conselho possa cumprir a sua finalidade e promover o desenvolvimento sustentável do nosso Estado, através de uma política ambiental aderente aos interesses do nosso Estado de Minas Gerais." **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS**. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar todos os participantes da reunião e as pessoas que estão nos assistindo. É importante começar dizendo que as ONGs de defesa do meio ambiente da RMBH estão muito apreensivas com o projeto do Rodoanel. Algumas ONGs enviaram um requerimento para o MPMG solicitando que seja garantida à sociedade a discussão de alternativas locacionais para essa obra. Ninguém desconsidera a importância de um novo anel na RMBH. Mas, olhando para o traçado proposto para a Alça Sul, aparentemente a proposta não passou pela análise profunda de ambientalistas que conheçam a região. Quem conhece a região e seus problemas ambientais, provavelmente não proporia túneis na serra do Rola Moça, na serra da Calçada ou mesmo na serra do Curral em frente ao viaduto da Mutuca. Caso ambientalistas tenham sido consultados sobre o traçado proposto, gostaríamos de conhecer seus laudos. Essas serras do Sinclinal Moeda são basicamente de minério de ferro, com boa contiguidade e diversos teores. Um túnel na base de qualquer uma dessas serras, muito provavelmente, nos levaria a um rebaixamento de lençol freático permanente e de extensão muito difícil de se avaliar sem um estudo profundo. O que poderia ser um desastre na nossa região. Pergunto: os cones de depressão resultantes da construção desses túneis foram estudados? Foram estudados os impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas da região ao longo do tempo? Foram estudados os cenários pré-operacionais? Gostaríamos de ver esses estudos. A título de exemplo, tem sido comentado entre os hidrogeólogos o cone de depressão resultante da mina Sapecado, da Vale, em Itabira. A 4 km da cava, as nascentes estão secando. Imaginem no caso de túneis atravessando a base de uma montanha pelo itabirito. No caso específico de uma proposta apresentada que propõe um túnel na serra do Curral, em frente ao viaduto da Mutuca, além do provável rebaixamento do nível do lençol freático, haveria quase certamente a perda do principal corredor ecológico da RMBH, o Corredor Ecológico do Mutuca. Euler Cruz, conceituado engenheiro, está desenvolvendo alguns estudos sobre essas propostas. Ele nos mostra que a declividade para quem desce pelo anel proposto da serra da Calçada

até o túnel sob a serra do Rola-Moça é muito alta, e o trajeto em descida, muito longo. Se hoje em dia os caminhões pesados, em função da declividade e extensão do trajeto, já perdem os freios na descida do atual anel, isso se agravará com o trajeto proposto. Um acidente dentro desse túnel e o incêndio que se seguiria, provavelmente, levariam a óbito todos que estivessem dentro dele. Tal possibilidade certamente não foi considerada pelos proponentes do traçado. A proposta também não deve ter sido analisada por especialistas em patrimônio histórico e arqueológico, uma vez que o traçado passa sobre ruínas e trilhas da época do ciclo do ouro, muito importantes para nossa história. Se tiverem sido analisadas por esses especialistas, gostaríamos de ver seus laudos. Também nos preocupamos com os traçados da Alça Norte. A região é majoritariamente cárstica e necessita de um profundo estudo de espeleologistas e hidrogeólogos antes de se definir o traçado daquela alça. O conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira, na última reunião deste Conselho, falou a respeito da região do Vetor Norte. Eu não vou ler aqui a fala dele porque é longa. Mas vale a pena ler, porque dá um quadro sobre qualquer intervenção no Vetor Norte. ‘Tem que ser levada em consideração a vulnerabilidade de contaminação dessas águas.’ O governo afirma que já consultou a sociedade. Então, por favor, nos informem quais foram os ambientalistas consultados sobre esses impactos. Nos informem quem assessorou o governo na questão do patrimônio histórico e arqueológico. De forma sucinta, as propostas de traçado do Rodoanel apresentadas até este momento nos mostram um provável desastre ambiental de grandes proporções. Se foram estudadas outras alternativas pelo Estado, não foram apresentadas para análise da sociedade. Importante dizer que neste momento a sociedade organizada em defesa do meio ambiente está estudando e desenvolvendo três projetos alternativos. Lamentavelmente, a compensação ambiental recebida pelo desastre provocado pela Vale irá provavelmente provocar outros desastres ambientais. Não podemos definir os traçados das alças sem uma profunda e aberta discussão sobre cada um dos prováveis impactos. Deixar que a pressa na aprovação da alternativa locacional se sobreponha aos cuidados que devemos ter, significa o total abandono dos princípios da precaução e prevenção. Para finalizar, comunico, com pesar, à SEMAD e aos colegas do Conselho, que a partir desta reunião eu não serei mais o titular das ONGs de defesa do meio ambiente neste conselho. A ProMutuca irá indicar meu substituto antes da próxima reunião. Estou começando um trabalho como servidor público e acho que minha presença como conselheiro, representando as ONGs, poderia gerar um conflito ético. Agradeço a paciência que vocês tiveram comigo durante este período. Agradeço a Letícia Camarano, Simone Pádua, Teca Corujo, Euler Cruz e Paulo Rodrigues pelas inúmeras contribuições. Agradeço especialmente aos servidores da SEMAD, que sempre me trataram com cordialidade, sempre solícitos. Por fim, desejo muito boa sorte para a secretária Marília na sua gestão, torcendo para que ela realize as mudanças que julgamos necessárias no sistema de licenciamento de forma a nos adequar às necessidades do século XXI, com crise climática global e crise hídrica local.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Corroborando muito do que o

Julio Grillo falou, eu queria lembrar algumas coisas. A própria Seinfra, o Estado, tem anunciado que esse assunto do Rodoanel tem sido discutido há anos. Na verdade, a Alça Norte foi licenciada em 2007, depois de uma longa discussão, no governo Aécio Neves. E o que observamos é que um dos motivos principais pelos quais hoje o Rodoanel está também inviável foram as ocupações marginais indevidas que o poder público não controlou. Se o Rodoanel começou a ser discutido anos atrás, as ocupações continuaram, sufocando ainda mais o atual traçado. E nós não temos visto políticas públicas de planejamento do território sendo anunciadas no sentido de garantir que esse Rodoanel não se torne o 'novo Rodoanel' como aconteceu em Belo Horizonte, principalmente nas áreas do Vetor Norte, onde o Rodoanel vai passar, na superfície do solo. E citar o exemplo do Rodoanel de São Paulo, que, infelizmente, o governo construiu, e muitas das alegações do governo de São Paulo é que o Rodoanel não teria saída e seria impossível então essa ocupação marginal e seria garantida a preservação da Mata Atlântica. Hoje, depois de quatro ou cinco anos, essa realidade começa a se reverter, e há constantes pressões, que parece que o governo está cedendo, para abrir acesso e garantir a ocupação urbana e a destruição da Mata Atlântica. Por falar em Mata Atlântica, ontem foi amplamente anunciado na imprensa pesquisa mostrando a destruição da Mata Atlântica, que é crescente, e, como sempre, Minas Gerais entre os três primeiros Estados responsáveis por essa destruição. Nós tínhamos sido convidados pela Seinfra e, ontem, participamos de uma reunião – a Lidiane estava presente, com a Mônica Lanna, subsecretária, e o Rodrigo Ribas; superintendente da Suppri – sobre essa questão. E tinha uma parte da equipe técnica que fez estudos, na verdade, o economista Guilherme, mais o pessoal do meio ambiente. O Euler Cruz, citado pelo Julio, estava presente. O Euler é engenheiro, consultor da área de turbinas, muito conceituado. Ele colocou de forma detalhada essas explicações que o Julio deu sobre questão de segurança nos túneis, ocorrência na Europa. E o pessoal da Seinfra e da Secretaria não soube nos responder se essas questões realmente foram estudadas e utilizadas na proposição da Alça Sul do Rodoanel. Então nós estamos aguardando a resposta realmente do governo se isso foi considerado nessa proposta. E hoje, examinando também os documentos da consulta pública da Alça Sul, eu vi como algumas partes ficaram muito superficiais, até com afirmações errôneas no que se refere a levar informações à população para que as pessoas realmente possam participar. Então eu partilho dessa preocupação do Julio Grillo, lembrando que não é todo dia que se tem essa quantidade de dinheiro para investir em uma obra de tanto interesse social, sem nenhuma dúvida nenhuma, mas que tem que ser muito bem pensada. E o melhor pensar é realmente que todos os interessados discutam." Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: "Sem fazer qualquer reparo às reflexões que foram feitas pelo Julio Grillo e pela Maria Dalce, eu gostaria apenas de pontuar uma coisa que é importante, que é a essência do estudo de impacto ambiental e do seu relatório de impacto ambiental como o grande instrumento legislativo normativo que nós temos para que as grandes discussões afetas a uma questão tão importante quanto essa sejam vistas, revistas, atualizadas,

reprocessadas, amplamente discutidas, tantas vezes quando quiser, para efeito de que uma licença seja data se ouvindo todos os atores envolvidos com essa questão e seguindo todas as melhores práticas de natureza técnica nesse processo. Então eu faria apenas um registro de que o EIA/Rima é o grande momento para que todas essas grandes questões sejam profundamente refletidas e discutidas, e uma licença definitiva como essa, importante, siga toda a tramitação do arcabouço ambiental." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Nós estamos, neste momento, em um momento de consulta pública do edital da PPP do Rodoanel, que está aberta até dia 22/3/2021. A obra do Rodoanel, como o Enio mencionou, passará por um processo de licenciamento ambiental, no qual teremos todas as oportunidades para discussão em relação a impactos ambientais, mitigações. Não obstante a isso, desde que fomos procurados pela sociedade civil – aí eu quero destacar especialmente a conselheira Dalce nesse processo –, nós fizemos uma primeira reunião com o vice-governador do Estado para discutir uma proposta que a Amda nos apresentou de traçado alternativo; na sequência, o secretário de Infraestrutura, Fernando Marcato, junto com a sua equipe, recebeu novamente a conselheira Dalce. E como ela mencionou sobre a terceira reunião, ontem, sobre o mesmo assunto nas últimas três semanas, estamos recebendo contribuições. Eu estou mencionando a Amda porque que nos procurou sobre esse assunto foi a Dale. Ontem, o Rodrigo Ribas subia para a reunião, e eu mencionei que, de fato, nesse período, nós temos feito um grande diálogo, ouvindo todas as questões que a Amda tem nos trazido. O que, obviamente, não impede que possamos fazer com outras entidades ou através de uma organização de entidades ambientalistas. Eu queria só reforçar isso porque, muitas vezes, fala-se da falta de diálogo. Pelo contrário. Então vice-governador, secretária de Meio Ambiente, que tem a função de avaliar e discutir as questões de impacto ambiental de qualquer processo passível de licenciamento. O secretário Marcato, que constantemente tem discutido esse assunto comigo, já teve oportunidade de ouvir as propostas alternativas da Amda. Então eu queria fazer esse esclarecimento. E dizer que nós estamos no momento de comunicados de conselheiros e queria até propor, após a fala da Lidiane, da Seinfra, um encaminhamento para esse assunto, porque não acho que o mérito desse assunto deva ser discutido no momento de comunicados a conselheiros e nós podemos agregar outros a esse diálogo amplo, aberto, que o governo do Estado já tem feito através da Amda, com a sociedade civil." Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: "Eu acho que a Marília já pontuou muito bem sobre o processo de modelagem e também das tratativas com a sociedade civil, hoje representada pela ONG Amda, que foi a que nos procurou, mas estamos abertos para quaisquer ONGs, ou representantes da sociedade civil que queira compartilhar do projeto. Eu acho que é importante destacar, mais uma vez, que o processo hoje está em fase de consulta pública para conseguirmos recolher todas as informações e todos os pleitos da sociedade. Nós vamos considerar tudo isso. Julio Grillo, só enfatizar que o processo, o projeto, tem sido estudado há anos. No ano passado, nós nos debruçamos sobre todas as alternativas locacionais que já foram estudadas no passado e outras variantes de que também levantamos a

possibilidade. Nessas tentativas anteriores com a Amda que a Marília mencionou, eles nos apresentaram uma alternativa locacional que já havíamos estudado no nosso caderno de alternativas locacionais. Mesmo assim, nós fizemos uma nova revisão do traçado proposto pela Amda. A equipe da SEMAD também avaliou os critérios locacionais, e nós percebemos que o traçado que estávamos propondo, enquanto Seinfra, tem critérios locacionais menos impactantes do que aquele que a Amda propôs. Ontem, na reunião, nós colocamos todas essas questões, tanto de unidade de conservação quanto de área de proteção especial, de quilombolas, para a Amda, e eles nos informaram que, dentro desse traçado que propuseram inicialmente, eles estão estudando novos traçados. E nós também nos colocamos à disposição para receber esse traçado, para estudar novamente. Nós estamos em fase de consulta pública, reitero. O Euler também estava presente ontem, só para deixar claro também. E quanto a uma fala específica da Dalce, em relação aos projetos sobre os quais não soubemos responder naquele momento, é porque foi uma pergunta muito específica do Euler a respeito de um estudo geomorfológico da serra. Como a Marília pontuou, nós estamos em fase de modelagem, e os estudos específicos serão certamente aprofundados no momento do licenciamento ambiental. E, como o Enio, pontuou, o instrumento para isso seria o EIA/Rima. Mas nós estamos atentos a todo pleito da sociedade e de forma muito responsável, com os estudos de diagnóstico todos bem trabalhados." Conselheira Maria Dalce Ricas: "Só para deixar claro o seguinte: o governo não elegeu a Amda para conversar em nome da sociedade. Nós procuramos a Seinfra e a Marília. A reunião foi providenciada pela Marília, e nós agradecemos muito. Então nós procuramos, mas em momento algum fomos lá arrogando que estávamos representando toda a sociedade. Eu quero que isso fique bem claro. E dizer o seguinte: nós não concordamos, ontem, com a afirmativa da Seinfra de que o traçado proposto por nós é mais impactante." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Eu vou propor um encaminhamento sobre esse assunto. Aquelas entidades da sociedade civil que tenham interesse em fazer um debate conosco – SEMAD/Seinfra – sobre esse assunto, que façam a manifestação à Secretaria Executiva. Nós vamos agendar, como fizemos com a Dalce, representando a Amda. Mas, volto a dizer, a consulta pública, até o dia 22/3, está aberta, dando ampla oportunidade para todos trazerem contribuições ao projeto que está posto." Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: "A minha fala é para atualizá-los em relação às alternâncias nas prefeituras no Estado de Minas Gerais. Tivemos quase 400 novos prefeitos, e, de imediato, na área de meio ambiente da Associação Mineira de Municípios, nós estamos trabalhando no sentido de atualizar os prefeitos e seus secretários, recém-empossados, ligados à área de meio ambiente no intuito de, com essa atualização, errarem menos no futuro e aproveitar aquilo foi ensejado ao longo dos quatro anos passados. Para tanto, nós estamos em um convênio, em uma parceria sempre presente com o Malard, do IEF, nos concedendo técnicos do IEF para uma capacitação no dia 22 de fevereiro. Vai ser virtual, mas o que mais nos alegra, primeiro, é a parceria da AMM com vocês da SEMAD, sobretudo através de você e

do Antônio Malard. E, segundo, o número de inscrições, que nos saltou aos olhos. O evento será no dia 22, e até então nós estamos com 230 inscritos. Então os municípios estão abraçando realmente aquilo que nós estamos propondo em uma primeira ação da AMM. E eu vi no início da tela a presença do promotor Carlos Eduardo, um grande parceiro e amigo nosso aqui da casa. Eu quero dar para ele um abraço de boas-vindas e dizer para ele que a casa aqui está sempre aberta a parcerias e à amizade dele." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Eu agradeço a sua fala. O Sisema tem uma parceria constante com a AMM, seja através do IEF, da Fundação Estadual do Meio Ambiente ou do Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Nós estamos aqui com todos os nossos dirigentes. E o subsecretário Rodrigo – eu quero, inclusive, mencionar – tem desenvolvido um trabalho, a meu pedido: nós estamos desenvolvendo um portfólio de ações e projetos de apoio a municípios. Em breve, nós vamos fazer o lançamento desse portifólio, buscando realmente dar suporte ao município no desenvolvimento das suas ações na área de meio ambiente e saneamento no Estado de Minas Gerais, obviamente, sempre em estreita parceria com a AMM." Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: "Eu gostaria de parabenizar a SEMAD, principalmente pelo que nós inventamos no ano passado. Eu sou do CBH Paracatu, coordenador da Cetoc, e lembro, Marília, que quando nós começamos aquela discussão em torno das CGLs eu fui um dos que criticaram o que estava sendo feito. Aqui em Paracatu nós temos as principais áreas de conflito em Minas Gerais, as maiores. Se não me engano, são 26 CGLs criadas, e nós temos 11 aqui na Bacia do Paracatu. Eu quero atualizá-los é de que está funcionando, devagarzinho estamos conseguindo chegar a um ponto de equilíbrio para resolver essa questão ambiental hídrica, principalmente envolvendo o IGAM. E com essa fala, Marília, eu quero parabenizar o trabalho que tem sido feito, em especial junto ao IGAM, nessas áreas de conflito. Sabemos que o desafio é muito grande, mas tem funcionado, e eu espero que até julho, aproximadamente, nós tenhamos todas as portarias coletivas definitivamente retificadas e organizadas aqui na bacia, em busca, é claro, da famosa sustentabilidade e do uso sustentável da água." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Obrigada, Tobias, também em nome do Marcelo, diretor-geral do IGAM. Eu tenho acompanhado de perto. Nós implementamos as CGLs como forma realmente de que deem autonomia aos usuários para mediar o conflito existente nessas áreas, com apoio do Comitê de Bacia. E sabemos que Paracatu tem sido um exemplo da implementação das Comissões Gestoras Locais. O próximo inscrito é o Carlos Eduardo – o Licínio já mencionou –, e eu queria dizer da minha felicidade de ter você aqui conosco novamente como representante do Ministério Público no COPAM. Seja muito bem-vindo a esta casa que tantas vezes teve você conosco." Conselheiro Carlos Eduardo Ferreira Pinto: "Obrigado, secretária Marília, caro Licínio. Vejo aqui grandes amigos de longa data nesta reunião. Eu agradeço as palavras, Marília, você sabe da nossa relação, de longa data, de muito respeito, de admiração. Retorno ao Ministério Público Ambiental. Retornei agora no final de 2020 nessa situação anômala de reuniões virtuais. Eu espero logo, sinceramente, encontrar todos pessoalmente nas

nossas reuniões presenciais, onde, independente das divergências e dos posicionamentos diferentes, sempre prevaleceu a vontade democrática, discussões muitas vezes acaloradas, mas com muito respeito e de forma democrática, com que todos os atores possam se manifestar, e o Estado exercer o seu papel. O Ministério Público também tem as suas preocupações, a sua pauta, mas quer se unir aos atores para que possamos construir um novo futuro aqui para o nosso Estado de Minas Gerais. E todas as instituições e todos os amigos que representam todos os setores têm aqui no Ministério Público um canal de interlocução. Eu estou à disposição de todos para receber as demandas, discutir soluções, para trabalho em conjunto. E eu acho que é isso que faz o nosso COPAM grandioso, a diversidade e o respeito às diferenças, e que prevaleça a nossa democracia ambiental. Obrigado, Marília, é um prazer estar com todos aqui." Conselheiro Rogério Pena Siqueira: "Eu quero fazer só uma manifestação também de algo atual, ocorrido na semana, que foi a questão de resíduos de serviços de saúde. Eu quero dar os parabéns à Secretaria pela ação e pela fiscalização efetiva e esperar que ela venha a tratar o assunto com a máxima urgência que ele merece. É um mercado que estava há muito tempo com problemas. Todos nós sabemos e temos visto isso. Eu passei pela SLU, tratei dessa política pública de resíduos lá, principalmente, resíduos de saúde. Na época, fomos nós que trabalhamos para tirar a SLU desse mercado no sentido de fazer um serviço que não era dela e que custava muito ao munícipe. Na verdade, nós prestávamos um serviço que não cabia a nós, conforme a legislação. E aí o mercado andou por conta dele, de certa forma, muito desregulado e sem fiscalização. Entretanto, com o surgimento do MTR, que dá condições à Secretaria de fiscalizar – eu acho que dá toda condição, inclusive, de fiscalização – e foi muito bem aproveitado para esse fato ocorrido na semana, eu queria pontuar e dar os parabéns à ação da Secretaria e dizer que é um ponto muito sensível, da questão de resíduos, a questão de resíduos de serviço de saúde. Então tem que dar muita atenção a esse problema, porque ele já é antigo, e temos que pegar no tema com muito vigor. Quero aproveitar e convidar novamente – está no chat o site da Abes – para o seminário de resíduos que nós vamos ofertar a partir do dia 13 de março. Eu publiquei o site e gostaria que os conselheiros acompanhassem e ajudassem a divulgar e que a Secretaria também fizesse nova divulgação. Agradeço a divulgação anterior, mas peço ao COPAM que repita com o site, e nós podemos mandar outro material para divulgação do maior seminário de resíduos da América Latina e Caribe e que vai ser aberto pelo ex-ministro de Meio Ambiente de Portugal Carlos Martins. Nós achamos nele uma liderança na área, alguém que conhece muito, e ele vai falar da situação de resíduos no mundo e fazer um panorama geral. Depois, cada país vai fazer o seu panorama no primeiro dia de seminário. E em seguida nós vamos discutir os dez anos da Política Nacional de Resíduos e os impactos da Covid no sistema. Então eu agradeço a todos. Parabéns à Secretaria pela ação. Agora com o MTR, que também é uma conquista da Secretaria, que está funcionando muito bem, eu acho que teremos mais condições, inclusive com dados públicos, dados visíveis, de controlar, fiscalizar e ter um sistema de resíduos melhor em Minas

Gerais.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Rogério, pela sua fala. Só fazer um destaque à atuação da Fundação Estadual do Meio Ambiente. Está aqui presente o Renato, presidente da FEAM, que implementou o MTR no Estado. E um destaque ao nosso secretário de Fiscalização, Cezar, e também à Polícia Civil, que fez um grande trabalho prévio de inteligência para a operação que você me menciona.” Conselheiro Flávio Roscoe Nogueira: “Boa tarde, secretária, boa tarde, demais conselheiros. É um prazer enorme estar aqui com os senhores. Devo participar de maneira mais ativa a partir desta reunião, pois entendo como prioritários essa ação e todos os temas debatidos aqui no Conselho pela Fiemg. Quando eu não puder, o conselheiro Mário já está fazendo parte, engajado nas reuniões. Mas eu tentarei dar prioridade, na minha agenda, às nossas reuniões. Uma das coisas que eu gostaria de dizer logo no início é da importância da celeridade e da otimização do nosso tempo. Aqui somos diversos conselheiros representando a sociedade civil, representando o setor produtivo e o próprio governo. E com um pouquinho menos de jeito e tato que a secretária e o Enio, que abordaram o tema, eu entendo que eventualmente o tema do Rodoanel – se eu fosse incauto ou alguém que não tivesse conhecimento a respeito do assunto –, pela fala do conselheiro Julio, dá a entender que o projeto já estava aprovado, em execução e que o governo não ouviu ninguém. Mas não é esse o estágio do projeto, o projeto está em consulta pública da sociedade. Ambientalista, Julio, somos todos nós. Eu acho que no mundo hoje não tem quem não seja ambientalista, e se apropriar do termo é algo extremamente complexo, e eu não dou esse direito a ninguém. Eu entendo hoje que todo cidadão brasileiro é ambientalista e tem que fazer o máximo pelo meio ambiente. E eu acho que isso não é privilégio de ninguém, igual falar ‘eu sou cidadão’, eu sou ambientalista, são as mesmas coisas. Então não ouviu os ambientalistas? Não, está ouvindo, sim, a sociedade como um todo, conforme o rito legal do projeto. É uma injustiça afirmar isso. E se há diferenças no projeto o momento de afirmar é este agora, se tem especialistas etc., com certeza, o governo vai estar aberto. E o órgão máximo, inclusive, para tratar das questões ambientais do Estado é justamente o COPAM. Quando o projeto chegar à Câmara adequada, apropriada e, eventualmente, o projeto não estiver adequado, vai ser colocado em votação, vão ser apreciadas, com certeza, as contribuições de todos os conselheiros, e aí com certeza nós vamos poder opinar, efetivamente, de maneira concreta, sobre o projeto específico. Eu entendo que se estivesse no governo eu teria ficado extremamente incomodado com a afirmação, pois a afirmação dá a entender que não foram ouvidos os ambientalistas, não foi ouvida a sociedade, enquanto o processo de ouvir está em curso, inclusive, até mesmo com as próprias ONGs que os senhores aqui representam sendo escutadas neste momento. E com a consulta pública, que é direito de todo cidadão – não de ONG nenhuma, mas de todo cidadão brasileiro – de se manifestar, inclusive o setor produtivo, sob pena de, ao não fazê-lo, se omitir e abrir mão do seu direito de manifestação. Então eu queria dizer que entendo que o ambiente aqui é muito nobre e que devemos nos ater aos temas realmente pontuais, que digam com relação às políticas públicas ambientais

do nosso Estado. E, eventualmente, questões pontuais que estão no trâmite eu gostaria de sugerir que não discutíssemos, de maneira prévia, sob pena de esvaziar a reunião. Nos conselhos de que participo, à medida que a discussão é difusa, o que ocorre, de fato, é que todo mundo desliga a janelinha, vai fazer outra coisa e está presente ali de corpos, mas na realidade não está presente e deixa todo mundo falar qualquer coisa, e aquele órgão é esvaziado. Eu entendo, muito pelo contrário, que devemos valorizar este órgão, e uma das maneiras de valorizar o órgão é valorizar as discussões que são feitas aqui. Não é nenhum apontamento ao conselheiro Julio, e vocês podem ter certeza de que em todas as reuniões eu vou travar para que valorizemos o papel do Conselho nas nossas reuniões e que as discussões sejam pautadas aqui de acordo com os objetivos do Conselho." Conselheira Walkiria Lima Ribeiro Machado: "Boa tarde a todos. Eu gostaria apenas de me apresentar. Esta é a primeira reunião da qual eu participo sob a gestão da secretaria Marília. Estou substituindo o Dr. Guilherme, de última hora. Ele teve um contratempo relacionado à família dele. Desejar a todos um bom trabalho. Era só realmente para saudá-los. Boa tarde." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Obrigada, conselheira Walkiria, seja bem-vinda, é um prazer ter você conosco nesta reunião." Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: "Eu queria manifestar que existe uma boa parte da sociedade que está repudiando o acordo no qual foi acertado que o Rodoanel seria uma obra considerada importante e necessária. Eu faço parte dessa sociedade que está repudiando esse acordo. O que ocorreu impactou a bacia do rio Paraopeba, impactou o município de Brumadinho e vários outros ao longo da lama. Esse território tem muitas demandas também nas áreas de infraestrutura, nas áreas que poderiam ter sido contempladas devidamente por esse acordo. Não faz o menor sentido esse dinheiro, que a Vale deve e que ainda foi negociado com um grande desconto para a empresa criminosa, que se coloque, por exemplo, o Rodoanel. Os impactos do Rodoanel e a quem interessa o Rodoanel deveriam ter sido tratados, sim, com a sociedade. A consulta pública deveria ter sido antes, inclusive, do acordo assinado pelo governo e todos aqueles que o assinaram. É uma grande injustiça, uma grande crueldade, porque nesse rompimento morreram 272 seres humanos e mais um trecho de um rio, e quando se testemunha de novo um repeteco do que aconteceu com a Samarco, onde quem sai ganhando com esse acordo é a Vale, é inaceitável, abominável, e há que se falar aqui esse contraditório. Como é que se trata o Rodoanel dizendo que agora vai começar a consulta pública e tratar de um estudo de impacto ambiental, se todos nós sabemos que o estudo de impacto ambiental é precisamente para se avaliar a viabilidade, para se apresentar uma proposta, e isso já está selado dentro de um acordo no Judiciário, que é algo que tem que ser feito? Existe total inversão de ordem. O que nós temos testemunhado, sai dia, entra dia, nas questões da política ambiental, sai governo, entra governo, é uma total inversão de ordem na maioria das questões. Se o Rodoanel é algo que demanda verdadeiramente uma análise criteriosa com a participação da sociedade, jamais se poderia ter colocado no bojo do acordo o Rodoanel como se fosse o que a Vale tem que pagar. Porque isso foi

combinado com alguém ou foi combinado a partir de interesses que não consideraram a sociedade. Foi falado, mais ou menos, que desde o ano passado – não sabemos desde quando – está se estudando a proposta que veio a público, que seria o traçado desse Rodoanel. Quanto a essa proposta, deveria ter sido então começado a tratar com a sociedade e jamais no bojo do acordo. O acordo com a Vale deveria ser restrito à Bacia do Rio Paraopeba, porque, por si só, ela tem graves questões de insegurança hídrica, situações ambientais gravíssimas, dezenas barragens de rejeito, não tem uma rede sismográfica para acompanhar a segurança dessas barragens. Tem tantas questões ambientais que aquele território precisa, tem questões também ligadas à economia, alternativas para não continuarem 'minerodependentes' e, a cada licenciamento novo naquele território, se colocar que sem mineração aquele território não vive. Então foi absurdo esse acordo, faz parte da história, é mais uma história muito triste em Minas Gerais por parte de quem construiu e de quem assinou. E eu estou aqui para dizer que, sim, existe uma sociedade que está contrária e que está discordando desse acordo, para além dos aspectos em cima do Rodoanel, que são também gravíssimos." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Agradeço a manifestação, conselheira, e queria fazer breves esclarecimentos. É importante dizer que o acordo firmado tem um montante de R$ 37 bilhões, e apenas R$ 3,5 bilhões se referem ao Rodoanel. Então, quando a sua fala menciona o Rodoanel como a grande ação desse acordo, eu acredito que a senhora não conheça, de fato, o acordo. Então é importante – até posso também colocar como uma proposta de encaminhamento – que chamemos o Comitê Pró-Brumadinho e quem liderou essas discussões no âmbito do governo, o secretário Otto, para fazer uma apresentação para aqueles que tenham interesse em conhecer em mais detalhes o acordo que foi assinado, que, sim, contempla ações diversas, inclusive muitas dessas que a senhora menciona. A nossa pauta de meio ambiente, toda a universalização do saneamento nos municípios atingidos, não tem teto para reparação ambiental. Isso está claro no acordo. Então eu gostaria de fazer esse breve esclarecimento. Nós não temos representante da Secretaria de Planejamento – a Beatriz teve que se ausentar –, mas já nos colocamos à disposição para também fazermos uma apresentação para aqueles que precisem conhecer melhor o acordo, através do nosso Comitê Pró-Brumadinho." Conselheiro Alexandre Valadares Mello: "A minha fala vai ser muito rápida, porque o tema já foi discutido, e não será neste momento a questão do Rodoanel. Eu vejo que nós temos dois anos para frente de discussão, e todo mundo já colocou a sua opinião. Eu concordo plenamente com o Dr. Flávio Roscoe, com o Dr. Enio, que nós teremos um momento certo para discutir as ações, o melhor traçado e como isso vai se comportar. Como disse a secretária Marília, pequena parte desse acordo, o que eu considero um grande avanço para o Estado de Minas Gerais. E aqui eu gostaria de dar as boas-vindas ao promotor Carlos Eduardo, retornando com a direção do Caoma, e parabenizar todas as negociações que o Ministério Público fez em torno desse acordo. Então eu acho que Minas Gerais, sim, tem que aplaudir esse acordo inédito, um dos maiores acordos ao nível do Brasil, junto com a mineração, e acho que nós teremos recursos, sim,

para recuperar todas as questões ambientais e sociais da região e até mais. Então eu vejo isso com muito bons olhos e deixo o Ibram à disposição para que possamos discutir também a questão do Rodoanel." Conselheiro Juliano Alves Pinto: "Obrigado, presidente Marília, quero saudar os demais conselheiros, um especial abraço ao presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, amigo e parceiro das ações na Sede. Eu acho que é a primeira participação minha em que faço uma intervenção, e pretendo ser breve. Eu sou subsecretário na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, cuido de atração de investimentos e política de exportações e adensamento das cadeias produtivas e políticas públicas voltadas para energia, mineração e logística. Eu sou diplomata de carreira, estou servindo ao Estado há quase dois anos, tenho experiência na área ambiental, multilateral, fui chefe da delegação brasileira na reunião ministerial de energia limpa, em São Francisco, na Califórnia, aberta pelo presidente Obama, em 2016. E concordo inteiramente com o presidente Flávio, da Fiemg, de que somos todos ambientalistas aqui. Nós estamos tendo uma grande dificuldade no momento em que a imagem do Brasil no exterior está arranhada por conta da forma como essa imagem é apresentada no exterior. Não quero entrar no mérito da gestão do Ministério de Meio Ambiente, mas de certa forma isso atrapalha nossas estratégias de atração de investimento. E nessa linha, em parceria com a SEMAD e com a FEAM, nós lançamos uma campanha com uma participação muito qualificada na reunião da COP26, na Conferência das Partes do IPCC que acontecerá em novembro, em Glasgow. Assinamos um memorando de entendimento, no ano passado, com o governo Britânico, do qual participou a secretária Marília, o nosso secretário adjunto da Sede, Fernando Passalio. E Minas Gerais, por toda essa construção com os britânicos, já está sendo considerado o Estado prioritário pelo governo britânico na participação subnacional na COP26. E o que nós queremos, no final das contas, é não só educar o mundo sobre o que nós fazemos de bom em matéria de boas práticas de sustentabilidade, mas que isso sirva também para nós mostrarmos para o nosso próprio Estado que existem boas práticas sendo construídas, não só âmbito do governo, mas também na iniciativa privada. De novo, concordo inteiramente com o presidente Flávio Roscoe, somos todos ambientalistas aqui, e não há uma empresa que não tenha uma preocupação central com sustentabilidade hoje. E no final das contas é o olhar para o futuro que um país como o Brasil precisa ter. E fazendo aqui uma breve menção, já que foi colocada a questão do Rodoanel e do acordo com a Vale, eu estou de acordo com o colega do Ibram, foi o melhor acordo possível. A secretária Marília mencionou que o Rodoanel, que é um capítulo importante desse acordo, representa pouco mais de 10% dos valores que foram acordados. O Comitê Pró-Brumadinho também deu voz à representação popular, na medida em que dele participaram, em algumas audiências, parlamentares e representantes dos mais diversos segmentos. E, sinceramente, com esse olhar para o futuro, nós temos que pensar no desenvolvimento sustentável nas suas três principais vertentes. Não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também a econômica e a social. É evidente que nós temos que pensar em uma mineração muito mais segura, muito mais humana,

muito mais sustentável. Eu vejo esse compromisso de parte do Ibram, eu vejo esse compromisso de parte das empresas. O que aconteceu foi inaceitável, mas existe essa predisposição de refundar a mineração no nosso Estado, um modelo que vai se projetar para o Brasil inteiro. Nós estamos trabalhando aqui em um verdadeiro marco civil para a mineração no Estado de Minas Gerais. De modo que o que pretenderíamos fazer em Glasgow sirva também, de certa forma, de modelo para que aqui no COPAM possamos, de repente, ter uma oportunidade, uma chance de uma empresa poder mostrar suas boas práticas em matéria de sustentabilidade, quem sabe, e com isso desmistificar a ideia de que a indústria ou o setor privado vêm de encontro à sustentabilidade para penalizar aquilo que foi feito em matéria de sustentabilidade ou que venha eventualmente se colocar como obstáculo à conservação ambiental." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Só reforçando, você mencionou o diálogo com a sociedade que foi promovido ao longo da discussão do acordo, o papel do Ministério Público também já foi mencionado, e o da Defensoria Pública é importante aqui destacar que também assinou o acordo." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu fui citado pelo Sr. Flávio, da Fiemg, eu poderia fazer um comentário? Muito rápido, um comentário de 1 minuto apenas. Sr. Flávio, eu fico muito feliz com o seu posicionamento, de o senhor se afirmar como ambientalista, mas os representantes que a Fiemg tem colocado nos Conselhos – da Fiemg, do Sindiextra, das mineradoras –, que eu me lembre, nos últimos 30 anos, nos Conselhos onde eu participei, nunca fizeram nem uma única proposta construtiva na área ambiental. Os conselheiros têm estado aqui apenas, vamos dizer assim, para garantir que os projetos sejam aprovados. Essa é uma posição. E, circunstancialmente, ainda se posicionam em nome da Fiemg de uma forma extremamente retrógrada. Nós não temos corredores ecológicos aqui na nossa região em função da ferrenha oposição da Fiemg. Então eu gostaria muito, por favor, que o senhor, como presidente da Fiemg, procurasse se inteirar do que está acontecendo. Não é perguntando para os seus conselheiros: leia as atas, veja se por acaso houve algum posicionamento construtivo por parte de representante da Fiemg nesses últimos anos ou se eles se ativeram exclusivamente a defender os projetos." Conselheiro Flávio Roscoe Nogueira: "O objetivo maior da minha presença aqui é porque justamente eu tenho lido as atas e tenho ficado indignado com as inúmeras afirmações indevidas, sem prova, sem nenhum argumento jurídico concreto, sem nenhuma validade, como essa que o senhor está colocando. E a partir de agora nós vamos ter uma posição proativa aqui, quem falar vai ter que responder pelo que fala, nós vamos ser ativistas judiciais com as pessoas que falam sem nenhuma consequência, emitem opiniões, muitas vezes, baseadas nas suas ilações pessoais, sem nenhuma base de fato para fazer. Então, Sr. Julio, a Fiemg defende, sim, o meio ambiente, a Fiemg tem inúmeras iniciativas, tanto em parceria com os órgãos ambientais como também em parceria com o Ministério Público como em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente. E ela vem, sim, promovendo o desenvolvimento sustentável, e a indústria vem fazendo uma revolução. Basta o senhor passar perto de qualquer chaminé de indústria e olhar para ela, basta o

senhor passar perto de qualquer riacho que tem uma indústria na porta e ver que não tem resíduo ambiental. Isso foi feito, em parte, pelo mérito dos industriais, mas, em parte, pelo mérito dos conselheiros deste Conselho aqui, que tem feito boas políticas públicas, em parte, pelo mérito do Ministério Público, em parte, pelo mérito dos nossos valorosos funcionários dos nossos órgãos ambientais. Porque se fosse como o senhor falou o Estado de Minas Gerais seria um total descaso, e não é. E muitas vezes as ilações que determinados conselheiros fazem aqui ferem a qualidade dos nossos funcionários públicos, fazendo ilação de que governo, iniciativa privada, setor produtivo estão mancomunados com votações. As votações são técnicas, os pareceres são técnicos, eu respeito a qualidade técnica do funcionário público do Estado de Minas Gerais. O senhor aqui fez uma menção elogiosa ao funcionário público, mas, quando o senhor afirma nas suas falas aqui, eu não vejo. Porque eu li as atas. Então já estou lendo as atas, o senhor pode ter certeza, e as pessoas aqui que falarem vão ser responsabilizadas para comprovar o que disse. Esse é um compromisso da Fiemg que eu já faço aqui agora com todos os conselheiros. Prestem bem atenção no que estão falando, tenham certeza do que estão falando, porque, se ferirem alguém, serão responsabilizados, principalmente se esse alguém for a Fiemg, entidade que eu represento. Enquanto eu a represento, eu tenho muito orgulho dela e do trabalho que ela faz. Se o senhor tem qualquer colocação com relação à melhora do nosso trabalho, eu o receberei aqui pessoalmente, e pode trazer um documento oficial. Agora, é um ponto de vista do senhor, que não representa a somatória nem a verdade, é a sua percepção da verdade. Então eu quero dizer que a Fiemg está aqui, como sempre esteve, para a sociedade mineira, para dar um pronto apoio às causas ambientais, ao desenvolvimento sustentável. Porque aqui não tem ninguém morando em oca, não estou vendo aqui nenhum índio em oca. Estou vendo a casa do senhor aí, que tem todos os bens e produtos industriais, produtos que nós fazemos. E a nossa sociedade não quer morar em oca, eu não acho nem um voluntário para voltar ao Brasil 1500. E nós aqui vamos fazer, sim, desenvolvimento responsável, sustentável, e o senhor pode contar com isso, com a Fiemg, em todos os programas. Em programas positivos, todos aqui podem contar com a Fiemg, como se contaram. E eu tenho orgulho do trabalho dos nossos conselheiros aqui e estou vindo aqui para falar de maneira veemente, como muitos dos senhores fazem. Como eles são prepostos, muitas vezes, não podem falar. Eu aqui posso. E vou falar e vou fazer. Então parabéns a todos vocês que trouxeram Minas Gerais até este momento, parabéns ao poder público, ao Ministério Público e a todos que estão aqui transformando Minas Gerais no Estado mais sustentável do Brasil." **4) EXAME DA ATA DA 187ª REUNIÃO**. Aprovada por unanimidade a ata da 187ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 9 de dezembro de 2020, com a seguintes alterações: – Linha 261, a redação correta é: "Esta posição não tem sido a que se espera de..."; – Linha 936, substituir a vírgula por ponto final após a palavra "necessária". Votos favoráveis: SEMAD, Seapa, Secult, SEE, Seplag, SES, Seinfra, Sedese, Sede, Segov, SEF, Cedec, Crea, PMMG,

MPMG, ALMG, MMA, AMM, ACMinas, Faemg, Fiemg, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Fetaemg, Ibram, CMI, Abes, ProMutuca, EPA, Mover, Cefet, Uemg, Ufla, Assemg, OAB e ABRHidro. Ausência: Amda. **5) SUSTENTABILIDADE. Apresentação: Julio Cesar Dutra Grillo - Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca)**. Presidente Marília Carvalho de Melo: "Por favor, conselheiro Grillo, fique à vontade para a sua apresentação. Volto a dizer que essa apresentação foi solicitada no final do ano passado, na última reunião ordinária, e, da mesma forma que a solicitação do conselheiro Julio Grillo foi atendida, fica à disposição de todos os senhores para que realmente tragam pautas construtivas de discussão de política ambiental do nosso Estado." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu vou fazer uma apresentação e mostrar sugestões de planilhas. Depois eu me coloco à disposição para escrever dúvidas. Eu agradeço novamente os imensos auxílios da Letícia Camarano, Simone Pádua e Euler Cruz. Essa é uma proposta de análise de sustentabilidade para a SEMAD. A missão da SEMAD é colocada como? 'A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável tem como missão formular e coordenar a Política Estadual de Proteção e Conservação visando ao desenvolvimento sustentável no Estado de Minas Gerais'. As competências. Na Lei de 11.903, de setembro de 1995, que cria a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o artigo 2º diz que 'compete à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável planejar, propor, coordenar a gestão ambiental, com vistas à manutenção de ecossistemas e ao desenvolvimento sustentável.' No item 7, identificar recursos naturais do Estado para as diretrizes do desenvolvimento sustentável. Quer dizer, a SEMAD tem um foco na área de desenvolvimento sustentável, mas o que eu venho dizendo ao longo do tempo é que não existe uma análise dessas da sustentabilidade dos empreendimentos da forma que deveria. E é isso que eu vou tentar exemplificar. O Decreto 47.787/2019, que dispõe sobre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, coloca no seu artigo 2º que a SEMAD é o 'órgão responsável por implementar e acompanhar as políticas para conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais' e que tem a competência para 'planejar, elaborar, deliberar, gerir, supervisionar a formulação, a coordenação, execução e supervisão das políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável'. Então eu acho que este é o momento em que temos que começar a trabalhar essa questão. Mas o que é o desenvolvimento sustentável? Em 1987, a Comissão Brundtland apresentou à ONU um relatório inovador, 'Nosso futuro comum', trazendo o conceito de desenvolvimento sustentável para um discurso público. 'O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.' Acrescento a esse entendimento que o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra, a atmosfera, as águas, o solo e os seres vivos. Consenso sobre o desenvolvimento sustentável. Segundo Horbach, a dificuldade para se chegar a um consenso sobre sustentabilidade está no fato de que ela é discutida como algo em que três

interesses ou conflitos sejam resolvidos ou compridos simultaneamente: interesse da geração atual em melhorar as suas reais condições de vida (sustentabilidade econômica); a busca de uma equalização das condições de vida entre ricos e pobres (sustentabilidade social); e os interesses das gerações futuras que não estão comprometidas pela satisfação das necessidades da geração atual (sustentabilidade ambiental). O tripé da sustentabilidade é constituído por três dimensões: social, ambiental e econômica. Essas dimensões precisam ser integradas para que a sustentabilidade, de fato, aconteça. Então o termo tripé social engloba as pessoas, suas condições de vida, como educação, saúde, violência; ambiental refere-se aos recursos naturais do planeta e a forma como são utilizados pela sociedade, comunidades e empresas; e o econômico, relacionado com a produção e distribuição. Esse é um desenho muito conhecido sobre esse tripé da sustentabilidade, ele mostra que as três áreas (a dimensão social, a dimensão ambiental e a dimensão econômica e financeira) têm que ser tratadas de forma equilibrada. Se, por exemplo, desprezamos uma dimensão social e trabalhamos a questão apenas pela dimensão econômica e financeira e ambiental, nós vamos criar uma situação viável, mas provavelmente não será justa, provavelmente não será vivível. E assim por diante. Então essa é só uma forma de enxergar esse tripé da sustentabilidade. A sustentabilidade hoje no mundo. Já tem até um conceito por parte dos empresários. ‘Pelo segundo ano consecutivo, a sustentabilidade foi tema importante no Fórum de Davos. As melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ou ESG, como são chamadas pelo mercado) já são assunto antigo das salas de reuniões de gestores e empresas, mas foi só há pouco mais de um ano que o tema virou parte do cotidiano no mundo corporativo de investimentos no Brasil. O assunto é abrangente e se refere à avaliação de como companhias impactam o meio ambiente e a sociedade e sobre como esse impacto pode gerar riscos de negócio ou de investimentos. O ESG é mais complexo do que trazer apenas um produto sustentável, é como a empresa se porta. São frases que eu copiei de um artigo da ‘Folha’, e o link está aqui embaixo, porque o artigo é mais extenso. Para quem quiser conhecer um pouco mais sobre ESG, está aí o link. Como analisar a sustentabilidade de um empreendimento? A análise deve contemplar os impactos sociais e econômicos no curto, médio e longo prazos. Sugestão: curto prazo, do início até 5 anos; médio, de 6 a 30 anos; e longo, acima de 31 até 50 anos, e deveria ser feita por especialistas. Naturalmente que, dependendo do tipo de projeto, esses curto, médio e longo prazos podem sofrer alguma diferença e não serem exatamente como estão sendo propostos. A análise sob a perspectiva da economia pública, por exemplo, deve ser elaborada por economistas com especialização em economia pública. É importante lembrar que cabe ao empreendedor analisar o retorno do seu investimento, e, quando se faz uma análise de sustentabilidade de um empreendimento do ponto de vista do poder público, a sustentabilidade econômica deve ser sobre a economia pública. A análise dos impactos materiais e imateriais, previstos e potenciais, sobre a sociedade deve ser elaborada por sociólogos ou por analistas com formação análoga. E a análise dos impactos,

previstos e potenciais, ao meio ambiente deve ser feita por profissionais da área, incluindo ambientalistas. Agora a questão: como o Estado deveria analisar a sustentabilidade de um empreendimento? Eu proponho o uso de planilhas para análise de sustentabilidade. Eu vou dar exemplos de três planilhas e já deixei com a SEMAD. Para quem tiver interesse, eu deixei as planilhas aberta para que qualquer um possa mexer e detalhar da forma que achar melhor. Tem uma planilha de análise dos impactos na economia pública, uma planilha de análise dos impactos sociais, materiais e imateriais e uma planilha de análise dos impactos ambientais, todas avaliando o curto, o médio e o longo prazos. Essas análises podem ser feitas em paralelo com o processo de análise para o licenciamento que é feito hoje. Isso é importante. Não vai atrasar um processo de licenciamento porque vai fazer essa análise. Essa análise pode ocorrer em paralelo. No caso de barragem, só um exemplo, uma lembrança de um resultado de análise de sustentabilidade. O cálculo de caução, no caso de barragem, foi exigido pela Lei 23.291/2019, da Política Estadual de Segurança de Barragem. Na época do desenvolvimento dessa lei, a sociedade civil organizada em defesa do meio ambiente previa que o valor da caução deveria ser obtido a partir da análise de sustentabilidade do empreendimento de forma a cobrir todos os danos à economia pública, à sociedade e ao meio ambiente relacionados a desastres potenciais. Então isso serve de exemplo para outros licenciamentos com médio ou alto potencial de dano. Como se vai calcular uma caução para um empreendimento com médio ou alto potencial de dano? Eu estou propondo uma fórmula. Apresentação das planilhas propostas. A seguir são apresentadas as três planilhas propostas para análise de sustentabilidade de empreendimentos no curto, médio e longo prazos. Elas podem servir como base para planilhas de análises futuras da SEMAD. Cabe ressaltar que análise de sustentabilidade é um processo que se aperfeiçoa com refinamento sucessivo na medida em que se acumula experiência e que cada análise tem suas peculiaridades. É claro que, dependendo da situação, não teremos um empreendimento 100% sustentável, mas temos que escolher a alternativa mais sustentável, sempre a mais sustentável, de forma que no futuro nos aproximemos de realmente ter empreendimentos 100% sustentáveis. Agora eu vou apresentar as planilhas. Aqui estou apresentando uma planilha de análise de sustentabilidade, a planilha que vai verificar isso do ponto de vista da economia pública. Essa análise então é feita como se fosse uma planilha para 50 anos. Eu mostro aqui o seguinte: nos cinco primeiros anos, estou detalhando a planilha mês a mês. Depois, do sexto até o 30º ano, eu detalho semestralmente. E a partir do 30º ano seria detalhada ano a ano. E com isso se contemplam 50 anos. E como nós vamos analisar a sustentabilidade econômica, do ponto de vista da economia pública, de um empreendimento? Nós vamos verificar todas as receitas, todos os investimentos, todos os custos operacionais e a recuperação de desastres potenciais. Temos que colocar valor na recuperação de desastres potenciais. Então nós temos sub-planilhas que já levariam os dados para a planilha principal dos 50 anos. E nós vamos colocar para cada grupo descrição e regras gerais. Aqui temos uma memória

de cálculo. Por exemplo, é uma mineração que a partir do terceiro ano estará produzindo 1 milhão de toneladas por ano. O preço do minério, nós vamos trabalhar sempre com o valor presente. O preço do minério hoje, vamos supor, está a US$ 100, então isso dá US$ 100 milhões. Quantos por cento esse imposto significa para o Estado, para o município, para a Federação? Cada um dos impostos nós colocamos aqui. E depois, embaixo, as isenções. No caso de termos isenções, elas vão ser apontadas aqui também e vão ser colocadas nesse grupo de receitas ao longo do tempo. É nós fazemos também com investimentos, temos aqui memória de cálculo de cada um dos investimentos que seriam feitos por parte do poder público. O poder público vai ter que fazer uma estrada para ir até o empreendimento, tem que fazer uma manutenção de estradas, por quanto tempo essa manutenção de estradas será feita? E todas as coisas que possam significar investimento por parte do Estado. Então nós temos que colocar ali os investimentos, os custos operacionais. Para cada custo operacional, nós vamos colocar descrição e regras gerais, em uma memória de cálculo. Por exemplo, o Estado vai ter que manter dois fiscais em horário integral por causa desse empreendimento ou vai ser um fiscal quatro dias por mês? Então tem esse custo operacional e diversos cursos operacionais que nós vamos colocando. Cada um deles será descrito, terá uma memória de cálculo e vai acabar na planilha principal. Da mesma forma, vamos colocar recuperação de desastres potenciais e a memória de cálculo dessa recuperação. O que seria um desastre potencial? Essa pilha, se por acaso escorregar, vai danificar por 6 km esse córrego que está debaixo dela. Então isso é um desastre potencial. Qual é o custo desse desastre potencial, o que o Estado vai acabar tendo que gastar com isso? Nesse caso, vai também para aquela planilha principal. E aí nós vamos ter alguns gráficos que vão nos mostrar como funciona essa análise no curto prazo, graficamente. Naturalmente, tem determinados empreendimentos em que você começa negativo, fica talvez alguns anos negativo, o que se compensa lá na frente. Por isso então é importante que analisemos no curto prazo. Da mesma forma, com a planilha para o médio prazo, sempre trabalhando sobre o saldo acumulado; e uma planilha para longo prazo, também sempre trabalhando com o saldo acumulado. Vocês vão notar que nós temos receitas, investimentos, custos operacionais, recuperação de desastres potenciais, um saldo mensal e um saldo acumulado, sempre um valor presente e enxergando 50 anos. Dessa forma, nós temos condição de saber qual é o impacto desse empreendimento sobre a economia pública do ponto de vista, exclusivamente, do Estado. Agora essa outra planilha é para que possamos levantar a análise de sustentabilidade do ponto de vista social. Nós vamos ter perdas e ganhos materiais da sociedade e perdas e ganhos imateriais da sociedade. Isso vai ser alimentado também para 50 anos, da mesma forma que a planilha inicial, mas, por exemplo, vamos ter uma memória de cálculo em que vamos colocar todas as perdas e ganhos materiais da sociedade. Por exemplo, uma descrição completa e a memória de cálculo do que pode ser uma perda ou ganho, com a data inicial do evento, duração do evento e estimativa do valor. Nós vamos ter todos os lançamentos de perdas

sociais materiais, com as suas descrições. Vamos fazer a mesma coisa para perdas e ganhos imateriais. O cara perdeu a casa dele, mas, quando ele perde a sua casa, não é só o valor patrimonial da casa, ele está perdendo também uma vizinhança, uma história dele, da família, que tem sei lá quantos anos que está naquele lugar; está perdendo um quintal, uma qualidade de vida. Todas essas perdas e os ganhos imateriais – e aqui entram também os culturais – nós vamos descrever, fazer uma memória de cálculo e a estimativa de valor. Depois nós teremos no curto prazo, como isso se comporta; no médio prazo e no longo prazo. E agora a planilha de análise de sustentabilidade do ponto de vista ambiental. A planilha funciona da mesma forma, perdas e ganhos acumulados, e vislumbra 50 anos. Eu vou fazer uma memória de cálculo das perdas e ganhos ambientais do empreendimento, descrição da perda, memória de cálculo, com data inicial do evento, duração do evento e estimativa do valor. E vamos ter os grandes, descrição do ganho ambiental com data inicial, duração do evento e estimativa de valor. Então tem perdas e ganhos que às vezes se compensam. Por exemplo, uma área de Mata Atlântica de 50 hectares. Aquilo vai ter que ser destruído, e houve a garantia de 100 hectares. Então ali você pode estar apresentando um ganho teórico potencial. Então todos esses dados e valores são colocados aqui. Como eu disse na apresentação inicial, uma das coisas mais complexas é colocar valor nas perdas ambientais e nas perdas sociais, principalmente nas imateriais. As perdas materiais ainda são mais fáceis. Mas temos que começar a trabalhar esse assunto, começar a aprender a colocar valor nisso. Eu cheguei a mandar um recado ao professor ministro Paulo Haddad para que ele participasse da reunião hoje, para que escutasse esta apresentação. Porque ele tem dois livros que, de uma certa forma, abordam esse assunto de colocar valor na parte social e ambiental. Mas no fundo eu aqui quis mostrar como pode ser uma forma de se caminhar na análise de sustentabilidade. Marília, independentemente de eu estar saindo do Conselho, de hoje ser a minha última reunião, eu me coloco 100% à disposição da SEMAD para discutir, detalhar, trabalhar com a própria SEMAD um exemplo, detalhando um exemplo e fazendo um estudo completo. Eu me proponho a fazer isso. De uma forma muito sintética, procurei ser bastante breve, e era isso que eu tinha para mostrar hoje. Agora estou aberto a discussões." Conselheiro Flávio Roscoe Nogueira: "Eu achei o tema bastante interessante. Conselheiro Julio, parabéns por tratá-lo. Eu sei que o Estado está estudando esse tema no momento e acredito que o Estado também já deva ter, eventualmente, alguma metodologia. Não sei se já foi apresentado aqui ou não neste Conselho. Mas eu queria pedir ao conselheiro Julio, se possível, porque às vezes não temos como avaliar uma planilha sem um dado concreto, na prática. Eu também sei que não vai dar tempo, em uma planilha que deve ter alguns milhares de itens, ficarmos estudando aqui em uma reunião do COPAM. Mas se pudesse encaminhar para nós uma planilha preenchida, por exemplo, com um caso real que tenha passado por licenciamento em um passado recente, detalhando cada etapa, como foi calculado, quais são os valores de referência em cada tabela, em cada fórmula, para que possamos fazer a nossa análise e tecer as considerações. Porque

às vezes pegar uma planilha toda zerada... Em um empreendimento de R$ 100 milhões de faturamento, como essas contas impacto e vai dar quanto o benefício ou o eventual prejuízo socioambiental? Eu estou aqui colocando só para pedir que haja um aprofundamento desses estudos seu e para que tenhamos dados concretos para avaliar. E se puder também encaminhar a planilha para que possamos fazer as nossas sugestões e críticas. E acredito também que o Estado possa dar sua contribuição nessa linha para que também possamos analisar a contribuição do Estado e fazer assim uma análise. Até para que, quando o setor produtivo se manifestar, 'olha, que está nessa planilha, na nossa opinião, é de acordo com a realidade' ou 'não, discordamos disso, disso, achamos que a planilha pode ser melhorada aqui e ali' etc.' Para que possamos fazer a nossa opinião abalizada e contribuir de maneira propositiva, como é nosso papel aqui no Conselho." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu já entreguei para a SEMAD a cópia dessas planilhas completamente abertas, e elas devem ser enviadas para os conselheiros. Eu estou propondo para a SEMAD pegar um caso e fazer um estudo de caso. A SEMAD escolhe um caso para podermos estudar. Nesse caso, eu acho que o estudo poderia ser feito a seis mãos: a SEMAD, representantes da sociedade civil organizada em defesa do meio ambiente – eu me proponho a ajudar – e um representante da Fiemg. Eu gostaria que o representante da Fiemg fosse um economista, o que facilitaria muito. E nós podemos pegar um estudo de caso e trabalhar em cima dele. Vai ser um prazer. Eu acho que isso é uma coisa que tem que começar a ser desenvolvida, tem que começar a ser discutida. A planilha que eu estou apresentando não é olho santo, cada caso é um caso, nós vamos ter que ter planilhas diferentes para análises diferentes. Ali é um exemplo. Mas eu acho que nós poderíamos fazer um primeiro exercício e que a presença de um economista da Fiemg seria muito bem-vinda." Conselheiro Rogério Pena Siqueira: "Parabéns, Grillo, eu gostei muito da apresentação, acho que nós temos que buscar esse caminho. Eu escrevi no chat e tenho sempre falado disso, eu penso que o que analisamos e vemos como tecnologias presentes às vezes são empecilhos para o desenvolvimento. E cito uma, especificamente, se me permitam: aterro sanitário. Eu sempre falei de aterro sanitário, inclusive aqui, porque nunca se fez o cálculo do valor presente dos prejuízos de um aterro sanitário. Por isso enterramos as tecnologias de tratamento de resíduos, porque contamos só com o valor presente do aterramento, não contabilizamos os impactos ambientais futuros, a viabilidade do local. E eu cito um exemplo, porque nós temos um exemplo muito bom de fazer: nós temos um aterro sanitário da BR-040 que hoje não opera, não recebe mais resíduos. O custo anual dele é de R$ 15 milhões a R$ 20 milhões. Esse custo será permanente e eterno para o cidadão belo-horizontino, e ninguém faz essa conta, ninguém faz a conta de quanto custa a tonelada de resíduo aterrado. Por isso o aterro é o motivo de inviabilidade de outras tecnologias, porque o custo de tratar via outras tecnologias é, certamente, próximo ao dobro, se subir um degrauzinho nas tecnologias. Portanto, eu acho muito momentâneo, muito bom, muito efetivo o que você propõe, Grillo. Parabéns pela proposição. Eu gostaria também de conhecer a

planilha, eu sei que é complexa, de uma complexidade muito maior do que se mostrou aqui na sua apresentação. Mas eu acho que é o caminho, nós temos que pôr valor nas coisas. Se gente trouxermos os impactos ambientais a valor presente, aí, sim, nós vamos saber se o empreendimento é viável ou não." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Só informar que as planilhas, bem como a apresentação estarão disponíveis no nosso site. Só uma observação, Rogério, até da sua fala, informar a todos os conselheiros que nós regulamentamos, no final do ano passado, por meio de um decreto, tratamento térmico no Estado de Minas Gerais. Como você muito bem disse e representa aqui uma instituição de grande respeito técnico na área de saneamento, entendemos a necessidade de ampliar o uso de tecnologias para disposição final de resíduos sólidos. Então o decreto foi publicado." Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: "Parabéns, Julio, por essa apresentação. Como ambientalistas, nós sabemos dessa necessidade e urgência de fazer um verdadeiro estudo da sustentabilidade na perspectiva do que é colocado como o desenvolvimento sustentável, na terminologia adotada pela sociedade hoje. O que se percebe na realidade de Minas Gerais – e em outros lugares – é que se, realmente, sempre se tivesse tido um olhar de fazer uma verdadeira análise da sustentabilidade a partir dos três tripés – que são a questão social, ambiental e a questão econômica – e também no tempo e espaço, aqui agora e depois nas futuras gerações – que é o que está na Constituição Federal, o direito das futuras gerações também, não só o aqui agora nosso –, nós não teríamos as situações que temos em Minas Gerais, no Brasil e no planeta Terra de insustentabilidade ambiental e de colapsos em alguns lugares hídricos e, em alguns outros lugares, colapsos de outros tipos. Que são, inclusive, grandes prejuízos à economia e à sociedade. Nós sabemos onde estão os nós, sabemos e conhecemos, na realidade nua e crua, onde estão os nós. E geralmente o nó está precisamente quando a questão da economia olhar para essa planilha e fazer um olhar coerente com o que essa planilha disser. Por exemplo, quando olhamos o Quadrilátero, chamado Ferrífero, que chamamos 'Aquífero', a quantidade de barragens de rejeito que hoje se sabe de grande risco nunca teria chegado a esse cenário, em que já temos o rompimento que houve na bacia do Doce e agora o rompimento no Paraopeba, com todos esses prejuízos incalculáveis até para a própria economia, que depois ainda fica com situações como esse acordo. Ou seja, nós já teríamos evitado, já teríamos, com certeza, uma Minas Gerais verdadeiramente sustentável, não teríamos a caixa d'água do Brasil com vários territórios em Minas vivendo situações graves de escassez hídrica. E é realmente visionário no sentido de que, diante da realidade imposta, nós realmente precisamos continuar lutando para garantir que isso se torne realidade. Porque, se não é sustentável verdadeiramente, que não se faça. Desde quando é sustentável para Minas Gerais continuar com uma economia de exportação dos nossos bens minerais, que também vão ser necessários em algum momento para o futuro? Tem alguma lógica? Não tem. E se em Minas Gerais, realmente, essa lógica posta aí fosse tão sustentável, por que Minas Gerais vira e mexe alega que a sua economia está em crise e que tem problemas econômicos? Com tantas vocações incríveis que

Minas Gerais tem para outras alternativas de economia, como indústria realmente que agregue valor, que não seja de exportação. Parabéns por você ter insistido em fazer essa apresentação. Está constando nos anais do Plenário do COPAM que se trouxe uma reflexão coerente com o que tem que trazer para contrapor o que vemos o tempo inteiro, como hoje mesmo escutamos nesta reunião que Minas Gerais é um exemplo, até para o Reino Unido, de uma atividade sustentável. E nós sabemos a realidade que estamos vivendo no nosso território. Então eu agradeço. Essa planilha, no dia em que for transformada em prática, nós estaremos com o caminho para Minas Gerais realmente, verdadeiramente, sustentável." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Obrigada, conselheira. Só informando que o decreto de tratamento térmico é o 48.107, de 29/12/2020. Antes passar ao próximo, conselheira Maria Teresa, não houve necessidade de insistência do conselheiro Julio para que essa pauta ocorresse. Eu, inclusive, pessoalmente, antes estar nesta posição como secretária de Estado, várias vezes em que ele mencionou em reuniões do COPAM a análise de sustentabilidade, pedi que ele me passasse o material, para que avaliássemos juntos. A primeira reunião que o presidi foi no ano passado, e estamos fazendo hoje, conselheira, uma reunião extraordinária para ouvir a proposição do conselheiro. Portanto, não houve insistência." Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: "Eu queria parabenizar o Grillo pelo trabalho desenvolvido. Eu estou fazendo uma pós-graduação atualmente em meio ambiente e sustentabilidade e sei que esse tema é cada vez mais latente em nossa sociedade, que precisamos avançar muito ainda com base nesse tripé. Como o trabalho do Grillo afeta diretamente as obras públicas também, eu gostaria de colocar a Seinfra à disposição e solicitar que nós pudéssemos participar desse trabalho que vai ser desenvolvido com o Grillo, a SEMAD e a Fiemg." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Obrigada pela manifestação, e nos encaminhamentos discutiremos sobre os próximos passos a partir da apresentação do conselheiro." Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: "É interessante que sempre temos uma posição pela sustentabilidade, pelo tripé, que não se pese um mais do que os outros. Eu acho esse trabalho bastante complexo, que não é uma coisa de agora, que é uma coisa vai demandar muito tempo. Não creio que consiga ser desenvolvido com um economista, um exemplo dado. Porque é preciso definir também o escopo. O que eu estou querendo dizer com escopo? Nós vemos, por exemplo, as teorias da economia ambiental etc. Qual o valor de uma árvore cortada, qual é o valor de um bem ambiental qualquer? Essa coisa da valoração. Isso é complicadíssimo. Então temos que definir o que vai ser trazido. Da mesma forma, os impactos diretos e indiretos no meio ambiente são complexos, e os impactos diretos e indiretos sociais e econômicos também são completos. Eu traço um paralelo na área rural, por exemplo. Quando se tem uma situação que gera renda para o produtor rural, tem impactos fantásticos, como, por exemplo, na educação. Quando você gera renda, você traz a educação, quando você gera renda você traz nutrição, alimentação, você chega a praticamente todos aqueles objetivos de desenvolvimento sustentável. Tem até um estatístico – ele faleceu no ano passado ou retrasado –, o Hans Rosling, grande estatístico,

renomado no mundo. Ele tem um vídeo, ‘The washing machine’. Resumindo, da máquina de lavar que a mãe dele comprou, saíam livros. Uma brincadeira dele. Ao invés de sair roupa limpa, saíam livros. Porque a mãe dele gastava praticamente o dia todo lavando roupa e, quando comprou uma máquina de lavar – conseguiu isso por meio de renda –, passou a comprar livros, passou a educar o filho dela, o filho dela foi para a escola e virou esse grandessíssimo estatístico, renomado no mundo. Então qual é o valor disso? Por isso que nós temos que definir essa questão do escopo e que seja igual, que os limites sejam equânimes para esse tripé, nem tanto um nem tanto os outros. Vamos ver o que vai virar isso, que vai ser um grande desafio, e ver como compatibiliza com o econômico também, porque alguém tem que pagar a conta.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “As grandes reflexões são momentos extremamente importantes e estão muito associadas a um tempo em que o fazer das coisas tem um planejamento e a execução. O nosso ritmo do dia a dia é pautado muito pela execução, porque a rotina de encaminharmos todas as coisas é bastante complexa. Com a quantidade de demanda que existe, associada à gestão das necessidades da sociedade, através das atividades econômicas que têm impactos e consequências em todas as outras atividades, inclusive nas questões socioambientais. Mas as reflexões precisam ser feitas por trás desse encaminhamento rotineiro – e que foram objeto da fala do conselheiro Julio –, ainda que possam ser consideradas adequadas, superficiais ou profundas ou inadequadas, são pertinentes pelo fato de que levantam questões que precisam ser trabalhadas. Porque, quando você volta ao ponto do planejamento e de uma reflexão que possamos fazer as coisas e melhorar, é bastante válido o que foi pontuado. De fato, aprofundar isso é bastante complexo. Provavelmente, nem muitas cabeças ou muito tempo são suficientes para poder fazer todo um trabalho que estaria associado a essa reflexão, mas é preciso que seja feita.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Até corroborando com algumas falas da Ana Paula Mello, da Faemg, primeiro eu fico muito satisfeito em ver que o assunto sustentabilidade chegou para ser discutido no COPAM. Por que eu digo isso? Porque quando participamos das discussões dos processos de licenciamento ambiental nos parece que o único ponto a ser discutido é meio ambiente, que não tem as outras duas esferas, o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico. E coitado do empreendedor que chegar a uma reunião de COPAM e levantar questões econômicas do empreendimento dele. Ele vai ser rechaçado por alguns conselheiros, como já ocorreu algumas vezes. E quando vamos trabalhar de sustentabilidade a primeira coisa que temos que ter em mente, a meu ver, é que temos uma Constituição da República com 250 artigos, e em alguns casos parece que, nas discussões que nós ouvimos dentro do COPAM, de alguns conselheiros, é que só existe um: só o 225. Parece que alguns se esquecem de que a nossa Constituição da República tem outros pressupostos, que são totalmente ligados ao conceito de sustentabilidade. Como, por exemplo, podemos citar a ordem econômica, presente no artigo 170; a função social da propriedade, direito ao pleno emprego, livre iniciativa, erradicação da pobreza, ordenação territorial urbana,

política agrícola e desenvolvimento nacional, que está até no preâmbulo da nossa Constituição. E eu entrei nesse ponto e até estou lembrando aqui, na semana passada, tivemos a eleição do Senado Federal, em que um mineiro foi vencedor para presidente do Senado, e ele mencionou muito no seu discurso sobre o Estado democrático de direito. E dentro disso ele colocou, inclusive, que a atuação dele seria baseada no trinômio da saúde pública, desenvolvimento social e crescimento econômico. Então quando formos tratar de meio ambiente, tratar do artigo 225 da Constituição, temos que lembrar que existem outras coisas. E até dentro deste nosso Estado democrático de direito nós temos que pensar também que não dá para pensar em política pública sem garantir vários direitos, como, por exemplo, contraditório e ampla defesa, direito de não recair sobre o cidadão nenhuma obrigação que não tenha sido criada por lei, direito à propriedade privada, respeito ao direito adquirido, ato jurídico perfeito de coisa julgada, duração razoável do processo e os princípios da administração pública. Então eu fico muito feliz de ouvir uma discussão voltada para a sustentabilidade, para podermos entrar nesses outros dois pontos da sustentabilidade. Lembrando até que tem autores que colocam mais dois, como o caso do Juarez Freitas, que coloca ainda os pilares jurídico e políticos, mas que não vêm ao caso aqui. E até entrando no que o Rogério mencionou sobre os aterros sanitários, de se utilizar um desse tipo de empreendimento como primeiro empreendimento a fazer um teste dessa proposta de análise de sustentabilidade feita pelo Julio Grillo, eu acho importante também lembrar que, primeiro, que eu entendo que o aterro sanitário é uma forma adequada de destinar resíduos, apesar de existirem outras, e o Estado de Minas Gerais avançou muito com o Decreto 48.107, permitindo algumas formas de tratamento térmico dos resíduos. Entendo que para chegarmos ao máximo de aproveitamento disso faltaria somente mesmo a alteração da nossa lei estadual, que ainda proíbe a incineração, o que ainda acabaria por retirar mais pressão sobre esses aterros sanitários." Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: "Eu só me inscrevi de novo porque a secretária se referiu ao que eu parabenizei o Julio Grillo. Secretária, antes de a senhora assumir como secretária, eu já escutava o Julio, tanto no Plenário do COPAM quando na CMI, trazendo essa demanda, a necessidade de se tratar a questão da sustentabilidade. Então eu estava me referindo à insistência do Julio de trazer e dizer da importância de trazer esse tema, eu não estava me referindo à sua gestão, iniciada no ano passado. E lembrando que na temática sustentabilidade, quando olhamos para a realidade, dos três tripés, a economia é a que está sendo muito mais considerada quando se trata de licenciamento. Disso não há sombra de dúvida. As questões ambientais e sociais no sentido realmente sinérgico e amplo são as situações que nunca são consideradas no tripé e que deveriam ser consideradas. E o resultado é a própria realidade. A própria realidade nossa do Brasil, de Minas Gerais e do planeta Terra é a maior prova de que não se está fazendo realmente um desenvolvimento sustentável e que o que tem, na realidade, sido considerado é a questão econômica, o interesse econômico. Porque se realmente estivesse sendo feito da forma como o Julio apresentou na proposta, com certeza, nós não

estaríamos envolvidos com as alterações climáticas, com todas as questões hídricas, de desmatamento e todo esse universo de que todos nós sabemos qual é a realidade em uma sociedade que na realidade está cada vez mais doente e cada vez com menos condições de uma vida saudável, porque o meio ambiente não tem sido considerado. E nós estamos aqui como ambientalistas para trazer essa voz." Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: "Estando aqui no COPAM representando a Câmara do Mercado Imobiliário, eu primeiro preciso pontuar que é muito interessante a proposta que o Julio, apesar das dificuldades operacionais que ela contém. Eu acho que o primeiro ponto é que eu preciso trazer exemplo de dentro de casa. É uma coisa básica quando estamos tratando de negócios imobiliários. Se vou fazer uma pergunta com loteamento, se vou fazer a permuta de apartamento, a primeira premissa que eu tenho – estou falando da relação interna, não da relação do poder público com a sociedade; é entre sócios –, eu jamais posso partir da lógica da avaliação do imóvel para estabelecer a negociação com o meu sócio. Simplesmente porque a fonte de briga é mais imediata e instantânea na discussão. Então por isso que o normal dentro de uma parceria é que se estabelece percentual ou número de apartamento, porque trabalhando terra por terra ou produto por produto a coisa é mais fácil de se avaliar. E aí eu estou colocando isso porque, de fato, na minha percepção, se tivéssemos um caminho conhecido, certo, notório e sabido para avaliar e quantificar as questões sociais, as questões ambientais, era por esse que teríamos que seguir. Lógico. Só que em geral nós não temos, e é por isso que nós terminamos presos ao processo discursivo. É aquela questão que já tentaram, por diversas vezes, de colocar a discussão judiciária em mão de robôs, de autômatos, computadores, e isso nunca evoluiu bem. É de natureza de relações humanas a questão do direito. Posto isso, eu acho a iniciativa muito válida e acho que algum avanço nós vamos em questões que sejam mais fáceis de quantificar ou de estabelecer novos parâmetros que ainda não tínhamos alcançado. Fora isso, eu acho muito importante colocar a relação constitucional. É muito fácil tratar do artigo 225, que é direito de meio ambiente, mas é necessário enxergar que o artigo que estabelece campo constitucional para o que nós estamos fazendo é o 170, que tem um nome infeliz, que é do direito econômico. E por que infeliz? Porque fica parecendo que é o direito do dinheiro, e não é disso que se trata. O conteúdo do artigo 170 é a regulação das atividades econômicas e/ou a regulação daquilo que é atividade particular, porém, sujeita a controle estatal. E é por isso que o artigo 225 se filia a ele, porque é um dos aspectos. Por exemplo, quando nós estamos tratando de áreas urbanas, junto com o 225, nós temos que considerar – além do 170, que é o que distribui essas competências de análise – o 182 e o 183. Quando estamos tratando de área rural, considerar o 184 e seguintes, que tratam da política agrária. E ainda há outros aspectos, como relação de trabalho, assistência social e por aí vai. É interessante que muito disso está contido na planilha. Muito importante o que o Julio colocou. Uma análise como essa, que tem um caráter que acaba sendo, até por ser experimental, muito acadêmico, tem que ser trazido aqui ao Plenário, isso não pode ser trazido dentro da discussão desse ou daquele processo. Aí é aquela

grande divergência ou diferença entre princípio de prevenção e precaução. Eu gosto de usar até, para definição, uma anedota plagiada por um professor de direito ambiental. Ele perguntou para os alunos: ‘Você sabe me dizer qual é a diferença entre prevenção e precaução?’ E um dos alunos se levantou: ‘Eu sei, professor.’ E o aluno colocou o seguinte. ‘Vamos partir de um fato: existe Aids no mundo. Prevenção: eu vou usar camisinha. Precaução: eu vou parar de fazer sexo.’ O que eu coloco é: o excesso da precaução é paralisante, e a paralisia é tão danosa à sociedade e ao meio ambiente quanto o excesso de ação. Então eu acho iniciativa extremamente válida, muito importante, e gasta esse acautelamento para que não fiquemos presos a velhas discussões. Por exemplo, quanto vale a mata em pé? Todo mundo acha que é um consenso que vale. Nunca conseguimos quantificar. Seria extremamente positivo que conseguíssemos, até para poder vender para o dono da mata em pé. É o que começou a fazer a Lei de Pagamento por Serviços Ambientais. Aí é uma outra modalidade do negócio imobiliário. Quando você tem uma disputa com o seu sócio de ‘não sei quanto vale esse patrimônio que é nosso’, a melhor solução: ‘Vamos vender e dividir o dinheiro.’ Aí quem vai dizer quanto vale é o mercado, é a prática. Muito do que conseguimos fazer em termos de meio ambiente é feito dessa maneira. Nós não podemos ficar no campo da ciência pura, nós temos que estar sempre olhando para o campo da ciência aplicada. Essa é a consideração.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro Manetta, pelas suas reflexões. Comentávamos aqui que suas reflexões sempre são muito carregadas de conteúdo e sempre muito adequadas à reflexão geral deste Conselho. Obrigada pela sua participação.” Conselheiro Juliano Alves Pinto: “Em primeiro lugar, agradecer ao conselheiro Julio Grillo pela proposta, muito bem fundamentada academicamente. Eu colocaria a Secretaria de Desenvolvimento Econômico à disposição para poder se somar nos esforços de apreciação, quem sabe talvez confrontando com modelos consagrados mundo fora que possam servir de benchmark também. E em segundo lugar apenas um pequeno comentário sobre a fala da conselheira Maria Teresa a respeito da apreciação do governo do Reino Unido sobre a importância de Minas Gerais no âmbito subnacional. Para dizer que diplomatas, geralmente, se baseiam em dados objetivos. Trata-se de um serviço extremamente reconhecido do país sede da próxima Conferência das Partes do IPCC, a conferência nº 26, em Glasgow. Então não se trata de apenas articulação. Pelo contrário, é de conhecimento de causa, são conversas que vêm sendo avançadas através do repasse de informações e de apreciação feita pela Embaixada do Reino Unido do Brasil.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Eu resolvi falar porque me instigou, e até a fala do Manetta também me instigou muito mesmo. Eu acho que é ‘usar camisinha’, Manetta. E o que propõe o Grillo é exatamente isso, ou seja, prevenção. E acho que da mata queimada nós sabemos o valor quando está queimada, ou seja, sabemos o prejuízo que causou o incêndio. É a mesma coisa que aconteceu com Mariana e Brumadinho. Nós vamos fazer a planilha do Grillo, estamos fazendo e vamos fazer por 10 ou 15 anos. Só daqui a 15 anos nós vamos saber quanto custou Mariana e quanto custou Brumadinho. E aí eu

volto ao aterro sanitário. Por quê? Um aterro sanitário é uma construção igualzinho a uma barragem por alteamento a montante. Se não for bem operado, acontece a mesma coisa. Nós temos em Belo Horizonte um aterro que, por acaso, é bem operado, está completo, está cheio, mas tem 80 m de barragem ali. E nós temos o bairro Jardim Califórnia com quase 100 mil habitantes a jusante. O que eu falo sobre aterro sanitário pode parecer coisa na lua, mas nós já tivemos em Contagem gente condenada em um problema grande com aterro, com lixão de Contagem. É por isso que eu estou sempre alertando. Acho que o aterro sanitário ainda é a tecnologia que existe e que é aproveitável. Sim, concordo com a fala anterior também, entretanto, temos que buscar outras. Nós vamos ter problemas parecidos com Mariana e com Brumadinho nos aterros sanitários, e vai ser em breve." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Faltou algum esclarecimento entre a Marília e a Teca sobre essa questão da minha proposta. A Teca tem razão. Eu estou propondo que se discuta análise de sustentabilidade nos Conselhos desde 2018. Propus algumas vezes no COPAM, propus algumas vezes na Câmara de Atividades Minerárias. Mas só quando a Marília entrou e, quando ela entrou, imediatamente ela se colocou à disposição de discutir o assunto. Então eu acho que o grande passo foi dado pela Marília, mas esse assunto tem sido colocado há mais tempo. A Marília realmente me procurou, pediu que eu indicasse para ela o material para que ela estudasse, tentou se aprofundar no assunto realmente, e acho que deve ter conseguido mesmo. Então só para dizer que o assunto está colocado desde 2018, mas que o papel da Marília foi importantíssimo. Sobre a questão de valores, essa realmente é a parte mais complexa. É aquele negócio, quanto vale a mata em pé, quanto vale o córrego, quanto vale a nascente, quanto vale a mata ciliar, quanto vale a perda imaterial, cultural de uma pequena comunidade. São muitas coisas difíceis de se colocar valor, mas nós temos que começar. E sabendo que ao colocar um valor feito esses, ao longo do tempo, ele será alterado, será melhorado. Isso é uma técnica que na área de informática chamamos de refinamento sucessivo. Colocamos o modelo e, com o aprendizado no uso do modelo, vamos alterando o modelo, fazendo o refinamento sucessivo. Isso se aplica às planilhas, mas se aplica principalmente aos valores colocados na planilha. Com relação ao Rogério, da Abes, infelizmente, nós estamos fazendo, em vez de uma anamnese, uma autópsia, mas eu acho que um estudo, no caso de um aterro sanitário, um estudo da sustentabilidade, seria muito interessante e muito importante para que pudéssemos planejar os passos futuros, mesmo sendo uma autópsia e não uma anamnese." Conselheiro Flávio Roscoe Nogueira: "Com relação à proposição do conselheiro Julio de designarmos um economista, eu queria só pedir, eventualmente, no primeiro plano, que nos fosse enviada uma planilha para que possamos até fazer uma análise, de preferência, já preenchida com o caso concreto, para que possamos dar as contribuições. E depois, sim, o nosso pessoal técnico. Não um economista, pois aqui nós temos um departamento com vários PHDs em economia, e na área do direito ambiental também temos um departamento. Nós temos um sistema que foi contratado, assim que eu assumi aqui, que usa a base de microdados do IBGE e que pode simular o impacto econômico

de qualquer empreendimento sobre as várias vertentes. Aí não é uma planilha, é toda a metodologia utilizada pelo IBGE, desenvolvido para nós pela USP e a Universidade Federal de Juiz de Fora. É um modelo macroeconômico que, com base nos microdados e na cadeia de insumo e produto, consegue analisar o impacto econômico e também sobre diversas óticas de qualquer empreendimento de maior porte. Claro que não dá para fazer, devido ao custo, um cálculo de empreendimento de pequeno porte, mas dos empreendimentos de maior monta nós conseguimos fazer. E podemos contrapor esse estudo até mesmo à planilha e utilizar a base de dados desse estudo, eventualmente, para contribuir com a planilha e fazer teste. Mas nós teríamos que ter um case concreto pelo menos para fazer análise e algo mais sustentável. Eu queria também aproveitar e pedir que a Fiemg possa apresentar todos os avanços feitos no meio ambiente do Estado de Minas Gerais ao longo dos 30 anos que tiveram atuação efetiva da Fiemg, seja melhoria da produtividade da nossa indústria, que com certeza reduz o consumo de insumos ambientais, sejam medidas mitigatórias de impactos ambientais, seja de reutilização de insumos, de reutilização de água, reciclagem, iniciativas que a Fiemg fez em várias frentes, inclusive, com a fiscalização preventiva no setor industrial; iniciativas que trouxeram maior responsabilidade ambiental, iniciativas que reduziram as autuações ambientais no nosso Estado, iniciativas que mitigaram muito o impacto ambiental da indústria de Minas Gerais. Nós temos condição de trazer aqui um arcabouço muito sólido, inclusive dos apoios nossos nas legislações, citando como última a Política Nacional de Barragens, em que a Fiemg atuou de maneira ativa pela aprovação da lei com o reconhecimento público dos dois relatores, tanto na Câmara quanto no Senado, nos seus discursos, citando a Fiemg como a instituição que mais atuou na elaboração dessas leis e nas sugestões de medidas que pudessem beneficiar. Se a secretária permitir, nós podemos apresentar aqui essa ampla contribuição do setor produtivo, que não foi feita apenas pela Fiemg, mas por todas as entidades representativas e também por vários membros deste Conselho e também pelo próprio poder público, já que muitas dessas iniciativas tiveram origem no poder público e houve o engajamento da sociedade produtiva organizada, no caso, representada pela Fiemg. Então eu queria colocar esse ponto em pauta para que possamos fazer uma apresentação na próxima reunião, para os conselheiros, porque eu acho que nós temos muito a celebrar, muito a comemorar dos avanços que foram feitos no meio ambiente do nosso Estado. E eu acredito que é hora de fazer e de reconhecer aquelas pessoas e aquelas entidades e também o próprio poder público nos inúmeros avanços, inclusive as ONGs, que muitas vezes contribuíram com esse processo. O que eu vejo hoje é um meio ambiente muito melhor, muito mais sustentável do que 30 anos atrás. Então eu tenho certeza da contribuição de todos para esse processo e quero aqui trazer os dados e colocar à disposição de todos." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Obrigada, conselheiro Flávio. Eu já solicitei à Secretaria Executiva que inclua esse ponto de pauta do seu pedido na próxima reunião, que se realizará dia 10 de março." Rodrigo Ribas/SEMAD: "Senhores conselheiros, muito boa tarde. Eu queria primeiro, Julio,

te agradecer pela constante provocação. Na última CMI, nós estivemos juntos, eu me despedi de você agradecendo pela provocação. Eu não sabia que eu estaria aqui hoje ouvindo uma apresentação sua. Já que nós temos um tratamento que é mais ou menos pessoal, eu queria começar fazendo uma brincadeira. A ideia é um pouco maluca, o que você resolveu propor aqui, mas maluca no bom sentido, maluca porque chacoalha o sistema, faz com que a forma como pensamos a análise dos empreendimentos, do licenciamento ambiental e da gestão ambiental no Estado de Minas Gerais seja mais apurada. É uma maluquice porque tem 30 anos que eu estou ouvindo falar de valoração de bens ambientais, e até hoje ninguém nunca conseguiu apresentar o valor final, o que mostra que é um desafio absoluto em relação à sua proposta de trazer para nós. Eu queria considerar duas coisas. A primeira coisa é o seguinte. Por que eu falo que a proposta é maluca? É maluca porque ela muda a lógica como a própria Constituição e a Lei 6.938 trabalharam ao longo desses anos. Desde 1981, nós temos uma lógica de análise ambiental, estabelecida pela Política Nacional de Meio Ambiente, que não trata de valor. Em que pese ela utilizar o princípio do poluidor/pagador como obrigado a indenizar pelos danos acontecidos, ela não trata da lógica da valoração do bem, da valoração do serviço prestado, da valoração do empreendimento que está sendo proposto. Então nós teríamos que mudar na estrutura com que o país inteiro e Minas Gerais dentro trabalhou o licenciamento ambiental e a gestão ambiental, a gestão da sustentabilidade dentro do seu território. Nós teríamos que fazer uma alteração muito profunda em relação a isso, começar a pensar que existem critérios mais objetivos do que os critérios que são avaliados atualmente. Atualmente, nós fazemos exatamente o que você pediu, uma balança entre positivo e negativo, só que é uma balança entre impactos positivos e impactos negativos e não valores positivos e negativos. E no tripé de avaliação nós nos baseamos muito no social, físico e biótico e não necessariamente no econômico e social. Nós sempre falamos ‘não me interessa quanto custa tal empreendimento, só vai interessar quanto custa um empreendimento para as compensações que são pecuniárias’. E nós vamos ter que mudar essa lógica e perceber isso de uma maneira diferente. Eu acho que é uma matéria muito bacana. A segunda coisa é o risco que isso traz. E o risco que traz para mim também tem duas vertentes. O primeiro é começarmos a trabalhar com uma tabela, uma matriz econômica, uma matriz de valores como princípio de sustentabilidade no Estado de Minas Gerais. Isso é muito arriscado. Então nós precisamos muito ter o cuidado de não minimizar a nossa avaliação no preenchimento de uma tabela com valores positivos e negativos. As atividades de utilidade pública que causam impactos são positivas ou negativas? Quando você fala, na sua apresentação, ‘causa dano à sociedade’, eu queria saber quanto que causa de dano à sociedade. Mas uma atividade de utilidade pública é, por princípio, benéfica à sociedade. Então mesmo os impactos negativos dessa atividade de utilidade pública deverão ser pensados como positivos nessa valoração. Não existe a possibilidade de eu pensar uma rodovia ou uma estação de tratamento de esgoto que não seja pelo viés do que ela traz de benefício ao longo dos anos à sociedade

e não necessariamente só do custo, da valoração da degradação ambiental causada momentaneamente. Então nós temos que tomar muito cuidado em relação a isso para não minimizar valores absolutos, porque esses valores têm que ser relativizados. E a segunda coisa é em relação aos valores intangíveis. Você falou mais de uma vez 'quanto é a perda de uma determinada característica cultural'. Em primeiro lugar, na antropologia não se estabelece a mudança cultural como uma perda. Eu vim das ciências humanas, sou geógrafo, e não estabelecemos isso como perda, mas como um processo de ganho e de alteração da cultura, que é natural das sociedades. É quando olhamos de fora uma determinada cultura que temos esse entendimento de que aquela cultura é imutável e não pode alterar nunca e qualquer mudança será um prejuízo, o que não é verdade. É preciso olhar a partir de dentro dessas culturas para que elas estabeleçam se aquela alteração é perda ou ganho. Deixar de fazer uma determinada manifestação e passar a ter outro tipo de manifestação cultural, isso tem que ser avaliado de dentro do próprio grupo cultural para saber se é perda ou ganho. Para dar notícia só de um valor intangível. Quanto é que se perde, quanto é que se ganha nessas alterações? Eu acho que vai ser um desafio grande, eu ia falar megalomaníaco, um trem de gente doida. Mas eu acho que é um trem de gente doida que nos fez ter um processo de licenciamento tão bacana em Minas Gerais. Nós sabemos que, apesar das críticas, Minas Gerais saiu na frente do licenciamento ambiental e criou condição e forma de fazer que hoje é absorvida no país inteiro. A Bahia tem um sistema parecido com o nosso, Goiás tem um sistema parecido com o nosso, a própria União em algumas coisas acaba se aproximando de nós. Tivemos uma participação muito grande na Abema nos últimos anos em relação a isso, inovamos em várias coisas. Por exemplo, fator locacional. Quando é que íamos avaliar um determinado empreendimento na sua condição local? Então eu acho que nós estamos no caminho de criar coisas grandes. Eu queria te agradecer pela provocação, deixar também a manifestação aqui de que, por favor, tenha cuidado, não vamos transformar a tabela em absoluto, de jeito nenhum, ela tem que ser uma base de análise, mas não 'a base' de análise. A Marília já nos mandou prestar atenção e estudar, a Marília é muito estudiosa. Isso é um problema sério, Grillo, porque aí não temos escolha de não ser junto, então vamos ter que estudar muito e participar. Claro, a SEMAD, a Suram está sempre à disposição para compor e tratar das coisas melhor." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Eu queria, Julio, primeiro, te agradecer. De proposições ousadas – para usar uma outra palavra, além da palavra que o Ribas utilizou – é que nós criamos o fator locacional. Eu era analista de outorga do IGAM e estava aqui no COPAM assistindo, na época, ao José Claudio trazer essa discussão de fator locacional. E hoje nós estamos com isso implementado. Mas entendendo qual é o momento de cada coisa, sabendo da necessidade ainda de testar a metodologia proposta, como colocado pelo conselheiro Flávio, da Fiemg, e por vários outros, dizendo que a metodologia posta neste momento, de fato, não é um instrumento do licenciamento ambiental, mas pode ser um primeiro momento de discussão para, no futuro, haver uma avaliação mais ampla do processo administrativo de licenciamento ambiental, que

hoje tem todo um rito estabelecido em normas legais e infralegais no Estado de Minas Gerais e no Brasil como um todo. Então qual é a minha proposta de encaminhamento? Eu já designei o nosso subsecretário Diogo que coordene esse trabalho em nome da SEMAD. Nós vamos, em um primeiro momento, fornecer as informações para que possa rodar um piloto, como você mesmo diz, porque, muito provavelmente, você não rodou o piloto porque nem todas essas informações estão como deveriam estar, públicas. Mas o Diogo será seu ponto focal para lhe passar essas informações, discutir com você. E a partir desse piloto nós agregamos uma análise junto com a Seinfra, que já se colocou aqui à disposição, e outros conselheiros. Então o Diogo vai conduzir esse assunto em nosso nome, ele entra em contato com você para os devidos desdobramentos. E no momento oportuno convida as demais instituições que colocaram aqui à disposição para contribuir. Eu acho que foi o Enio que falou sobre isso, nós temos universidades aqui, a professora Lavínia, nossa reitora da Uemg, está aqui presente. Eu acho que, até do ponto de vista metodológico, as universidades têm muito a contribuir na consolidação de uma proposta. Então eu queria, Julio, agradecer mais uma vez a sua provocação a este Conselho." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Marília, eu só gostaria de agradecer à SEMAD e a você pela receptividade em relação à ideia e me colocar 100% disponível para poder trabalhar com vocês no aprofundamento da ideia, no detalhamento, da forma que vocês acharem melhor. Novamente, muito obrigado." **6) ÁREAS DE CONSERVAÇÃO E CORREDORES ECOLÓGICOS. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF)**. Antônio Augusto Melo Malard, Cláudio Vieira Castro e Daniela Souza, do Instituto Estadual de Florestas, fizeram apresentações ao Plenário do COPAM sobre áreas de conservação e corredores ecológicos e áreas protegidas em geral. A Presidência informou que as apresentações foram pautadas a partir de solicitação do conselheiro representante da ProMutuca. O conteúdo das exposições foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Presidente Marília Carvalho de Melo: "Agradecer ao IEF a apresentação na pessoa do Antônio Malard, diretor-geral, e dos seus diretores Daniela e Cláudio." Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: "Só deixar um abraço afetuoso para o Cláudio e o Antônio Malard. Eu me senti lisonjeado de ser amigo dos dois. Que apresentação. Lamento ela ficar restrita a nós conselheiros. Se você me permitir, e houver possibilidade de mandar o vídeo, eu queria colocar em nosso portal. Eu achei excepcional a fala dos dois, contagiante. E queria aproveitar a oportunidade para convidar o Antônio e o Cláudio para fazer a abertura, junto com o nosso presidente da AMM, no dia 22, às 9h, quando vamos fazer a nossa capacitação para as unidades de conservação municipais. Eu quero deixar em público o nosso convite prévio para vocês dois." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Esclarecer também que as apresentações ficam todas disponíveis no nosso site, então, público, de acesso a todos." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu queria parabenizar o Malard, o Cláudio e a Daniela pela apresentação. Muito boa, realmente. Apesar de que a parte exclusiva de corredores ecológicos ficou um pouco resumida em relação ao resto, mas a apresentação está muito boa. Eu

acompanhei esse trabalho em 2018, quando o IEF fez os primeiros estudos de corredores, e realmente estava um trabalho muito bem feito, até onde eu consegui acompanhar. Depois eu não acompanhei mais. Eu tenho uma ótima expectativa disso. O meu receio é só o tempo. Enquanto os corredores não estiverem formalizados, o que se diz por aí – inclusive, a própria Fiemg disse algumas vezes –, 'eles não existem'. E eles existem, de fato, os corredores existem, estão ali e existem há milênios. Nós temos é que reconhecê-los. E se não reconhecermos os corredores em um prazo curto nós vamos perdê-los, porque a pressão é imensa. E tem muita gente, muitas instituições que são contra a existência dos corredores. E se eles não forem aprovados, com o tempo, nós perdemos as próprias unidades de conservação por falta de troca genética. Então eu acho que seria interessante se o IEF pudesse colocar uma expectativa de cronograma para que comecem os decretos de reconhecimento dos corredores. É a única observação que eu tinha a fazer. No mais, novamente, parabéns." Antônio Augusto Melo Malard/IEF: "Primeiramente, em relação ao conselheiro Licínio, conte conosco. Será um prazer participar desse evento, já consolidado. Conte com a participação da nossa equipe. É um evento sempre muito expressivo e com retorno muito importante para os municípios." Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: "O evento já teve 250 inscrições até hoje por volta de meio-dia." Antônio Augusto Melo Malard/IEF: "Ótimo. Com certeza, esse número vai crescer ainda mais. Conselheiro Julio Grillo, a apresentação foi um pouco extensa, nós tentamos abarcar todos os temas, e não deu para entrar muito no detalhe de cada. Do contrário, nós ficaríamos aqui 2 horas, 3 horas. Mas eu acho que foi passada a ideia de qual é a filosofia de trabalho, o que o IEF, a SEMAD e o Estado pensam sobre conservação de áreas. Então nós trabalhamos com todo o empenho na busca, primeiro, das normatizações e depois no reconhecimento. Como foi colocado pela nossa diretora, nós temos uma ambição bem arrojada, vamos dizer assim, um planejamento bastante difícil, mas que tenho certeza que vamos alcançar. Ou seja, o planejamento de finalizar, até setembro deste ano, se eu não me engano, sete ou oito normatizações, entre elas, a normatização para regulamentação dos corredores ecológicos. Então é uma prioridade. A nossa diretora está com uma missão muito difícil, mas é um assunto que não pode passar deste ano. Esse é o prazo máximo que nós estabelecemos, está dentro do nosso planejamento estratégico do IEF. E teremos o momento também oportuno de conversar com você, com outras pessoas também, sempre buscando ouvir todos os lados e fazer com que o decreto seja o mais seguro possível, tanto do ponto de vista técnico quanto jurídico. Como eu falei também, inicialmente, sempre buscando evitar conflitos. Sempre que temos conflitos, no futuro, gera problemas para o Estado, haja vista, como eu mencionei na minha fala inicial, as nossas unidades de conservação, que no passado foram instituídas sem muitos estudos, sem muitas discussões. Nós estamos sempre abertos a considerações, sugestões na construção do melhor normativo possível." Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: "Tem muito tempo que eu estou no COPAM, e também antes disso eu venho acompanhando as discussões do

Conselho. E uma coisa que me chama atenção, houve uma apresentação semelhante a essa, relativa a unidade de conservação, no passado, quando o conselheiro Eduardo Nascimento ainda era vivo. Ele fez uma fala muito pesada em resposta, dizendo que é necessário o cuidado com a narrativa, que aquilo fazia parecer que está tudo bem. E também agora neste período eu estou na CPB, e nós vemos pontos dessa demonstração do IEF. Hoje eu vi a fotografia completa, e o que eu vi aqui, muito interessantemente, não é uma narrativa, é uma construção concreta. Primeiro que nós temos uma situação complicada. Todos sabemos que é complicada. Mas o que eu estou vendo de muito importante – por anos e anos nós acompanhamos iniciativas uma hora vamos para um lado, outra hora vamos para um outro e tal – é que há um caminho único, conhecido e que cada passo dado é um passo à frente. Inclusive, especialmente nessa questão de regularização fundiária, que me parece estar adquirindo uma sistematização. E gestão patrimonial é um negócio dificílimo de se fazer, é caro, e o IEF me parece que está conseguindo exercer isso. O que eu quero dizer é que não é só o imóvel ou unidade de conservação que está lá irregular, que está decretada, não está desapropriada. Mesmo aquele imóvel que o IEF já recebeu ou que o Estado recebeu precisa ser cuidado. E eu estou vendo essa estrutura criando asas, está sendo criada dentro do órgão. Essa apresentação é muito importante nesse sentido. Outras coisas: eu vi o processo de criação do Corredor Sossego de Caratinga, mas eu não tive notícia de nenhuma dessas outras estruturas de acompanhamento sobre recuperação do corredor. Isso é muito mais importante do que a instituição do próprio corredor. A minha fala é elogiosa do trabalho, mas principalmente com essa constatação de que hoje eu vejo o contrário do que o Eduardo Nascimento viu naquele dia, há cinco ou seis anos. Hoje eu vi um retrato de realidade acompanhado de proposições realistas. Fico muito satisfeito e muito mais seguro de trabalhar e até propor unidade de conservação para pessoas que são do mercado mesmo, que normalmente têm uma resistência danada a essa figura, dentro desse contexto. Eu acho que o caminho de pacificação e para que as unidades deixem de ser elemento de guerrilha, de conflito ambiental, está desenhado. É muito importante seguir nesse caminho, e acho que o IEF está de parabéns por isso que trouxe aqui." Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "Primeiro eu queria dar os parabéns ao Instituto Estadual de Florestas pela apresentação, pelo trabalho que vem sendo realizado. Nós sabemos da dificuldade gigantesca que é fazer regularização fundiária de unidades de conservação, e o IEF tem trabalhado muito com isso e tem trabalhado muito bem. Como a própria Daniela mostrou algumas coisas também sobre o Programa de Regularização Ambiental, nós temos que fazer também esse elogio à qualidade das normas que têm saído. Então precisamos elogiar essas últimas normas que o Estado vem publicando a respeito da Agenda Verde. Podemos citar o próprio Decreto do PRA, o Decreto 47.941, das autorizações de unidade de conservação, o Decreto 47.749, regulamentador da nossa Lei Florestal de Minas Gerais. Agora sobre o assunto corredores ecológicos, o conselheiro da ProMutuca, em toda reunião, menciona que a Fiemg é contra corredores ecológicos e continua

com essa narrativa. Eu creio que não vai parar com essa narrativa. Eu já respondi algumas vezes, vou responder novamente. A Fiemg não é contra corredores ecológicos, a Fiemg é contra a utilização do termo corredores ecológicos para áreas de restrições como se corredores ecológicos fossem, para áreas que ainda não foram instituídas como tal. A mesma coisa, a Fiemg seria contra se alguém dissesse que uma determinada área que não foi colocada como unidade de conservação a partir desse dia é, sem nenhum ato do Poder Executivo que o transformasse em tal. Tanto não é contra que a Fiemg nunca se manifestou contra o Corredor Ecológico Sossego de Caratinga. Está lá instituído, e não tem o que falar contra o Corredor Ecológico Sossego de Caratinga. E tanto não é contra que participou de várias discussões, há mais tempo, sobre uma minuta de anteprojeto de lei sobre corredores ecológicos, e a própria instituição Fiemg foi favorável a muitos pontos daquele anteprojeto. Então se o Estado realmente está pensando em fazer um normativo eu coloco as instituições que eu represento no COPAM à disposição para discussões a respeito do tema, e vamos fazer de forma positiva, como o presidente da Fiemg também mencionou na reunião de hoje." Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: "Sobre essa questão de corredor ecológico eu não sou nem o fogo nem o gelo. O que eu quero dizer? Depende. É igual a resposta jurídica para muita coisa. Depende. O corredor ecológico não é e não deve ser uma faixa em que não se pode nada, que deve ser isolada, cercada etc. Não creio que seja essa a intenção aqui, claro, mas só reforçando essa posição. Até na apresentação feita foi mostrado um mosaico com vegetação nativa e áreas com cultivos, produção rural. Nesse sentido, o corredor ecológico jamais pode ser usado como um instrumento, vamos dizer assim, de 'desapropriação branca', de desapropriar porque, de tantos impeditivos que se tem por estar em um corredor, a pessoa não dá conta de permanecer ali e de exercer suas atividades. Eu estou falando isso enquanto um reforço de posicionamento. Não estou dizendo que é essa a intenção do IEF nem de quem defende tão ardentemente os corredores. Mas isso sempre tem que estar em mente na hora da discussão da política pública. Coloco também a Faemg à disposição. Inclusive, eu gostaria de participar da discussão da regulamentação, porque é uma situação muito importante para nós, que afeta, principalmente, áreas rurais. Os corredores vão, inegavelmente, passar por propriedades rurais. E nós gostaríamos de acompanhar." Antônio Augusto Melo Malard/IEF: "Eu acho que fica evidente, pela fala dos conselheiros, a necessidade de regulamentar. Sem regulamentação, justamente, dá margem para todas as interpretações, e as pessoas acabam não sabendo qual é a figura do corredor ecológico, o que pode e o que não pode ser usufruído dentro desses corredores ecológicos. Então a regulamentação vem para responder tudo isso e dar segurança para todos. Claro, com o viés de conservação, mas sempre com a possibilidade também de conciliação com a produção em determinados níveis. Claro, a regulamentação não fecha toda a questão, porque depois são necessárias também regulamentações específicas para cada um dos corredores ecológicos que venham a ser instituídos. Mas o importante é o diálogo. Primeiro, a regulamentação geral, para que depois se estudem e avaliem os casos

específicos. Claro que podem ser feitos concomitantes. Não é porque vamos estar elaborando um decreto nesse sentido que não vamos evoluir na discussão de cada um daqueles corredores ecológicos para onde já temos algum tipo de proposição. Então vai ser feito de forma concomitante. Mais uma vez, agradeço ao conselheiro Julio por trazer esse tema à tona. Eu acho que foi importante até para desmistificar algumas questões inerentes não só aos corredores e unidades de conservação, mas a todas as ações de conservação que estão em andamento pelo Instituto Estadual de Florestas. E me coloco à disposição, assim como a equipe, para reuniões específicas também sobre os temas, para todos os conselheiros e qualquer um que tenha interesse também, principalmente, em contribuir para o avanço da gestão das áreas protegidas no Estado de Minas Gerais." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Agradeço ao Instituto Estadual de Florestas a apresentação, solicitada pelo conselheiro Julio Grillo. Então eu acho que cumpriu a finalidade, Julio, e com tantos elogios ao trabalho pragmático – eu acho que isso é o mais importante –, factível e planejado que o IEF tem feito. Então eu queria parabenizar toda a equipe do IEF na pessoa do diretor-geral Antônio Malard." **7) ENCERRAMENTO**. Presidente Marília Carvalho de Melo: "Assim, finalizamos, cumprimos a nossa pauta de hoje. Eu queria mais uma vez agradecer a todos os conselheiros presentes e fazer uma menção especial ao conselheiro Julio Grillo que manifestou que esta é a última reunião em que estará conosco, mas tenho certeza de que sempre perto, contribuindo para a gestão ambiental do nosso Estado." Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Marília Carvalho de Melo
Presidente do COPAM